



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 370 - DE 01 A 14 DE MARÇO DE 2009 - R\$ 3,00

Embraer: Prepotência patronal desafia os trabalhadores e o sindicato

As demissões em massa e os “acordos” de redução salarial golpeiam a classe operária de conjunto. A burocracia da CUT e Força Sindical desarmou o proletariado com a política de conciliação de classes e de fragmentação organizativa.

As 420 demissões da Embraer mostram a fúria e a prepotência burguesas.

A burguesia está com as mãos livres para demitir e proteger o seu capital. Demissões e desemprego expressam o predomínio da propriedade privada dos meios de produção sobre o trabalho social.

Tranquilamente, a burguesia tem sob seu domínio os burocratas sindicais, para defender o capitalismo que se desintegra. Placidamente, empurra milhares de demitidos para engrossar o exército de milhões de desempregados crônicos.

Mas os embriões de resistência que se manifestam na onda de demissões indicam tendências mais profundas de descontentamento dos explorados. As revoltas instintivas levarão a classe operária a se colocar no caminho do contra-ataque à ofensiva da classe capitalista.

Os trabalhadores sentem o chão tremer sob seus pés, vêem que a propaganda do desenvolvimento econômico e geração de emprego é uma ilusão espalhada pelo governo e por seus lacaios. No capitalismo, não há nenhuma garantia aos operários, camponeses e demais oprimidos de que amanhã terão o pão. Essa incerteza exige a luta coletiva contra esse sistema de exploração do trabalho. Mas essa mesma incerteza é usada pelo patronato e pelos burocratas sindicais para aterrorizar o proletariado desarmado.

A tarefa fundamental da militância marxista e de toda vanguarda classista é de derrotar a política de subserviência sorrateiramente imposta pela burocracia sindical, que fala em nome do emprego e salário. Denunciamos os acordos pró-patronais assinados pelos burocratas. Mostramos que são inimigos infiltrados no seio dos explorados. Armemos a classe operária para a luta!

Que o sindicato não negocie nosso emprego. Que lute!

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica

Demissões na Embraer indicam caminho da barbárie

A Embraer simplesmente demitiu 4.240 trabalhadores. Agiu como o capitalista deve agir. Caíram os pedidos de aeronaves, fecham-se postos de trabalho.

Os operários amargarão o desemprego; o problema é deles, segundo os patrões. A força de trabalho é uma mercadoria que os capitalistas compram para funcionar as máquinas de suas propriedades e lhes dar lucro. Caso seja necessário reduzir a produção, as empresas não irão reduzir a jornada de trabalho e manter o salário do operário. O melhor para seu capital é demitir.

Se reduzissem a jornada sem reduzir os salários, perderiam em lucratividade. Mas o objetivo do sistema capitalista de produção é valorizar constantemente o capital. O lucro crescente é a condição de existência do capitalismo. Uma empresa que perde lucratividade está deixando de valorizar seu patrimônio, assim poderá perder capacidade perante o seu concorrente. Corre, portanto, o risco de desaparecer. Antes que isso aconteça, desacelera-se a produção, sobra mão-de-obra e esta é devolvida ao mercado de trabalho.

Como há crise de superprodução, milhares de demitidos são despejados no gigantesco exército de desempregados, que se tornou crônico. Aos milhões de desempregados que nunca mais acharão onde trabalhar, se somarão mensalmente milhares, que logo serão milhões.

Os 4.240 demitidos da Embraer fazem parte desse fenômeno econômico e social do capitalismo.

Em dezembro de 2008, os capitalistas mais demitiram do que admitiram, a diferença resultou em fechamento de 654 mil postos de trabalho e, em janeiro, 101,7 mil postos. Em dois meses, 755,7 mil postos foram destruídos. Em fevereiro, a Embraer mostrou que a tendência é dos capitalistas continuarem a demitir.

A previsão de que a onda de demissões está apenas despontando deve se confirmar, uma vez que a crise mundial vem se acelerando e aprofundando. O seu impacto sobre o Brasil ainda não se completou.

Ocorre um movimento generalizado de recuo do crescimento econômico desde o momento em que a crise de superprodução se manifestou e com ela veio abaixo o sistema financeiro mundial. A burguesia em toda parte corre a se proteger contra seus efeitos negativos.

As medidas que protegem os capitais são de redução do custo da mão-de-obra, que se obtém demitindo, aumentando a produtividade e reduzindo os salários.

A crise, quanto mais longa e profunda, mais levará a classe capitalista mundial a atacar de conjunto o proletariado e demais explorados. A Embraer, com suas demissões, expressou essa tendência geral conformada pela crise de superprodução. O capitalismo não tem como solucionar a sua crise estrutural e potencia a barbárie – desemprego, miséria, fome, marginalidade, mortandade.

Embraer desconhece o sindicato metalúrgico

Adilson dos Santos, do Sindicato Metalúrgico de São José

dos Campos, denunciou o fato da Embraer não ter procurado negociar uma alternativa às demissões. Que alternativa poderia contemplar os proprietários da empresa e os operários? A resposta a essa pergunta explica a conduta unilateral e dura da Embraer.

As alternativas paliativas às demissões imediatas já postas em prática são: redução da jornada com redução dos salários; suspensão temporária com redução dos salários; banco de horas (uma escala móvel da jornada, compensada). Na atual situação, a escolha recai sobre as duas primeiras alternativas.

A Força Sindical vem praticando largamente esse tipo de “acordo”. A CUT prefere o banco de horas, embora tenha assinado no passado acordo de redução de salário com a Volkswagen no âmbito do banco de horas. Quaisquer das variantes são prejudiciais aos trabalhadores.

O Sindicato de São José é filiado à Conlutas, que, por sua vez, é dirigida pelo PSTU. Esta é a razão imediata e principal da unilateralidade da Embraer.

A Conlutas tem divulgado posições contrárias às medidas de redução dos salários. Em São José dos Campos, está se dando um grande teste da Conlutas e do PSTU.

De um lado, a burocracia dirigente da CUT manobra criticando os empresários de demitirem sem necessidade e de pretenderem reduzir salários, aceitando, no entanto, o banco de horas. De outro, a Força Sindical, forjando assembleias em conluio com os patrões para impor os acordos de redução salarial.

A GM cortou mais de 800 empregos e inúmeras fábricas metalúrgicas demitiram em massa e continuam a fazê-lo em todo o Vale do Paraíba. A Conlutas não assinou acordo de redução, mas também não foi capaz de esboçar uma ação unificada contra as demissões. Está aí por que os capitalistas da Embraer desconhecem o sindicato. Não viram possibilidade de acertar um acordo do tipo Força Sindical e avaliaram que o sindicato estava incapaz de levar os trabalhadores a uma ação coletiva (greve, ocupação, bloqueios, manifestações).

Mas a diretoria da empresa poderia manobrar com a negociação e uma vez não aceitas as condições partir para as demissões. Jogaria a responsabilidade sobre o sindicato/Conlutas. Esse cálculo político certamente esteve na mesa dos diretores. Ocorre que uma negociação levaria a assembleias e havia o risco de os operários rejeitarem as propostas patronais e se aglutinarem para a resistência. A Embraer preferiu se apoiar na fraqueza do sindicato e enfrentar as acusações de autoritarismo etc., que logo passam, se a passividade dos operários permanecerem.

O sindicato fez agitação na fábrica e foi ouvido pelos operários, mas, diante do fato consumado e da onda de demissões no Vale e no País, sem a devida resistência, imperou o terror patronal. O clima de que a crise chegou ao Brasil, mas que é passageira e que os operários e patrões devem negociar alternativas às demissões não levou a acordos de redução salarial entre os metalúrgicos de São José dos Campos, em grande parte graças às posições contrárias da Conlutas, mas ao mesmo

tempo manteve os operários recuados diante da brutal destruição de postos de trabalho.

Governo, Justiça, Conlutas, CUT e Força Sindical frente às demissões

Artur Henrique, presidente da CUT, diz que Lula ficou indignado com a decisão unilateral da Embraer. A empresa se acha bem capitalizada e, por isso, seria precipitada a demissão em massa. De fato, tem apresentado balanço positivo. Mas, nem por isso, seus donos deixarão de se guiar pelas leis econômicas do capitalismo. Em 2008, vendeu 204 aviões, quando previa 194. A carteira de encomenda para 2009 constava 270, mas foi reduzida para 242. Estão aí os números futuros que o patronato utiliza para justificar a defesa da lucratividade.

O valor criado pelos operários e acumulado pela Embraer daria para manter todos, reduzindo a jornada. Acontece que nenhuma empresa opera sem considerar o conjunto do capital envolvido na produção e suas relações no mercado. A idéia de diferenciar empresas deficitárias das não deficitárias para traçar política de emprego e desemprego não resiste à realidade econômica do capitalismo. É hipócrita. Diante da crise, os capitalistas saem como feras em defesa do lucro. Inclusive, os mais fortes aproveitam-se da situação para explorar oportunidades.

A burocracia da CUT e da Força Sindical está ávida em intervir no processo de demissão São José dos Campos para combater a Conlutas. O PSTU controla o sindicato metalúrgico da região desde 1990. Com a cisão da CUT, encabeçada por essa corrente e formação da Conlutas, agravou-se a disputa.

Nenhuma fração da burocracia se dispõe a fazer uma frente de mobilização direta dos operários contra as demissões, mas todos vão ao governo pedir socorro. Lançam-se à politicagem.

A Conlutas tentou um encontro com Lula, obteve uma promessa. Artur Henrique tem acesso fácil ao gabinete presidencial ou ministerial. Aproveitou a tribuna para relatar seu encontro com o presidente da República e divulgar sua “indignação”.

Veio à baila o farto financiamento obtido pela Embraer junto ao BNDES. Juro subsidiado e dinheiro do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT). Em troca, a empresa desemprega mais de quatro mil trabalhadores diante do primeiro aceno da crise.

A CUT foi pedir a Lula que estabeleça uma conversa com Embraer. Propôs ao governo que pressione usando a ameaça de suspensão dos financiamentos. Lula considerou a idéia estúpida. Argumentou: “Suspender o financiamento do BNDES seria o mesmo que decretar aumento das demissões”. Resposta lógica, para um governo que zela pelos interesses da classe capitalista. Não poderia responder com a reestatização da Embraer.

Enfim, se algo puder ser feito para amenizar as demissões, a burocracia cutista sairá ganhando, sem precisar despende esforço. Poderá mostrar aos operários do Vale do Paraíba a força da central junto ao governo e deste junto à empresa. Se não houver possibilidade de mudança da situação dos demitidos, Lula dirá que fez o possível e que não pode interferir na vida econômica das empresas. E a CUT não perde nada, pois mostrará que fez o possível.

A Conlutas não pretende e nem pode ficar atrás das manobras institucionais da burocracia cutista e forcista. Propõe que



Lula envie ao Congresso uma Medida Provisória (MP) estabelecendo a estabilidade no emprego. E advoga que Lula tem como reverter as demissões, se quiser usar os instrumentos de pressão de que dispõe. A tática de colocar a responsabilidade sobre o governo não encontra respaldo na mobilização, não tem servido para mobilizar, semeia ilusão na saída institucional e expõe a debilidade da direção sindical.

A Força Sindical prometeu entrar com uma ação judicial no Tribunal Regional do Trabalho. A Conlutas fará o mesmo pleiteando a reintegração dos demitidos. O Ministério Público de São José convocou uma reunião entre a Embraer e sindicato para uma audiência de conciliação. Está montado o palco de ilusão na Justiça.

Investida geral dos exploradores contra os explorados

A brutalidade da Embraer ocorre no quadro de crise do capitalismo e de demissão em massa. Os mais de quatro mil mandados para a rua se somam às centenas de demissões no Vale do Paraíba, que, por sua vez, engrossam a fila de outros milhares do País e que, finalmente, incham o exército de desempregados mundial.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê 30 milhões de demitidos em todo o mundo. O desemprego mundial atingirá 230 milhões de pessoas. São dados conservadores. Mas servem para se entender o tamanho do problema.

Como responder a esse poderoso ataque da classe capitalista? Unificando a classe operária em um só movimento de defesa dos postos de trabalho e avançando a luta de defesa de emprego aos desempregados (emprego a todos). Mas não é isso que vem ocorrendo. Pelo contrário, as direções sindicais

isolam as fábricas entre si e estas perante os milhões de desempregados.

Assim que a crise se manifestou em fins de 2008, os capitalistas começaram as demissões em vários ramos, ressaltando as dos metalúrgicos, por estarem concentrados em grandes fábricas. A burocracia sindical correu a propor “alternativas”, ou a aceitar “alternativas”, às demissões. Cada caso é um caso - assim, ou se fez acordo de redução de salário, ou se efetivaram as demissões sem reação correspondente.

Ao mesmo tempo, os burocratas da CUT e Força exortaram o governo a ter um plano de proteção aos novos desempregados. Ou seja, tomam-se as demissões como fatos consumados, e o governo oferece alguns meses a mais de seguro-desemprego. Não se convocaram as assembleias gerais e não se estabeleceu nenhuma coordenação de resistência nacional à investida geral dos exploradores.

Os capitalistas tinham apenas que se preocupar com a proteção de suas propriedades e lucros. Estavam com as mãos livres para demitir. A burocracia servil estava ali para manter a classe operária desorganizada, atomizada e perplexa com a mudança de situação de uma hora para outra.

Com as demissões e com os acordos de capitulação sem luta, conduzidos pela burocracia sindical, impôs-se o medo e sufocou-se o descontentamento dos trabalhadores. A CUT tomou a dianteira em convencer os assalariados da propaganda governamental de que a crise no Brasil seria branda, que a população deveria continuar a consumir e que o País sairia fortalecido.

O certo é que estava claro que as poderosas tendências da crise mundial iriam arrastar o Brasil para a recessão. Encerravam-se os 5 anos de crescimento e de entusiasmo pelo endividamento da população, que deram a Lula margem para administrar os interesses da classe capitalista como se fossem os interesses dos explorados. Mas a burocracia cutista e petista tinha e tem a obrigação de defender as mentiras governamentais de que a crise é passageira e que os trabalhadores não têm o que temer nem por quê lutar.

Desde a crise de fins de 1990, sob o governo de FHC (PSDB), momento em que dez milhões de postos de trabalho foram extintos, que a burocracia cutista e forcionista se uniu para manter a classe operária desarmada de seus recursos coletivos de luta. Frente à retomada dos ataques aos empregos, a burocracia evita que o proletariado saia ao combate, se fortaleça frente à classe capitalista e se liberte das ilusões criadas pelo governo Lula. Estamos diante da força dos aparatos sindicais em bloquear a ação coletiva e unificada dos explorados. Cumprem o papel de auxiliares da burguesia, que necessita encontrar saídas para a crise.

As demissões no Vale do Ribeira ocorrem cercadas pela política burguesa expressa pela burocracia cutista e forcionista. A Conlutas, que surgiu da decisão do PSTU criar uma nova Central, no entanto, não foi capaz de romper o cerco da burocracia pró-patronal e pró-governamental. Cometeu-se o erro de não constituir uma fração revolucionária no interior da CUT e acabar por cindi-la. A burocracia se utiliza da divisão para isolar os sindicatos da Conlutas, que, por sua vez, se mostram incapazes de romper o cerco imposto. Os acontecimentos demonstram que a Conlutas não se colocou à altura para combater a burocracia no seu próprio terreno. O que implica nortear

a ação por um programa proletário para a crise.

Linha de combate às demissões e ao desemprego

Unidade proletária contra as demissões e o desemprego, em torno de um programa anticapitalista. Esse é o ponto de partida para enfrentar a ofensiva burguesa. Unir empregados e desempregados na luta pelo emprego a todos, ou seja, pela escala móvel das horas de trabalho.

Diante da oferta dos capitalistas de reduzir jornada e salário, a resposta é reduzir a jornada sem reduzir salário. Não há alternativa às demissões, o que há é a defesa dos postos de trabalho e dos salários.

Os explorados não têm de aceitar a justificativa de que a empresa está em dificuldades devido à retração econômica e a promessa de que passada a crise novamente virão as contratações. Exigimos que os capitalistas em todo o país abram suas contas e se sujeitem ao controle operário da produção para que a solução da crise seja social e não recaia sobre os trabalhadores. Não abrirão a contabilidade e não aceitarão o controle social da produção. Diremos que nenhum emprego será cortado e exigiremos a implantação da escala móvel das horas de trabalho. Que se ponha fim imediato aos contratos temporários e terceirizados, que seja garantida a estabilidade no emprego. As medidas de flexibilização capitalista do trabalho têm de serem revogadas e reconstituídos os direitos eliminados.

Essas medidas proletárias para a crise visam a proteger o trabalho e o salário, únicas fontes de existência do trabalhador e sua família. Não se podem aceitar medidas paliativas, que separam empregados e desempregados, que protejam uns contra os outros. O que está em questão - com crise ou sem crise - é a defesa da força de trabalho em seu conjunto. Não há medida mais precisa e eficaz do que a escala móvel das horas de trabalho, uma vez que as horas nacionais despendidas para a produção passam a ser divididas entre todos aptos ao emprego.

É preciso defender as reivindicações que tirem o poder da classe capitalista de demitir, de usar o exército de desempregados para ter mão-de-obra barata, de colocar os trabalhadores em concorrência uns contra os outros e de pôr na miséria milhões. Que outro programa e que outra resposta política seriam mais corretos e justos do que esse? Não há.

Toda tentativa de adaptar as reivindicações ao que os capitalistas possam atender e de negociar alternativas termina em traição à classe operária.

Evidentemente, a resposta proletária à crise e ao desemprego intensifica a luta de classe, expõe o funcionamento da exploração do trabalho e leva os explorados a se chocarem com a propriedade capitalista dos meios de produção. A tarefa do programa proletário é justamente a de defender a força de trabalho levando o proletariado a expropriar a burguesia, tomar o poder político, mudar seu caráter de classe e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A Conlutas não está disposta a assumir essa linha de combate às demissões e desemprego. Há que se trabalhar por constituir uma direção proletária e revolucionária para os sindicatos. Essa tarefa implica construir o partido revolucionário, que desenvolva o Programa de Transição da IV Internacional. Enfrentar a barbárie capitalista exige uma direção marxista-leninista-trotskista.

Manifesto distribuído pelo POR na manifestação de 27/02/09, em São José dos Campos

Aos trabalhadores da Embraer

Como enfrentar a onda de demissões

Companheiros, as demissões exigem uma dura resposta da classe operária. A cada demissão em massa que acontece sem que usemos a greve, ficamos mais fracos. Os patrões estão jogando milhares na rua porque viram que a classe operária está desorganizada e desarmada para o combate. As demissões em todo o país apenas começaram. Ou partimos para a defesa dos postos de trabalho e dos salários, ou os patrões irão em frente com as demissões.

Nossa resposta imediata: readmissão dos demitidos, redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho para empregar a todos e fim dos acordos que reduzem os salários.

Não aceitemos o argumento de que as vendas caíram e que por isso os operários devem colaborar reduzindo os salários ou mesmo aceitando demissões. Ao contrário, devemos exigir que os capitalistas abram todas suas contas e os segredos comerciais. E defendamos o controle operário da produção, assim saberemos o quanto os patrões têm lucrado, quanta riqueza têm acumulada, quais têm sido suas especulações financeiras e quanto têm sonegado aos cofres públicos.

Esse deve ser o programa básico de resposta às demissões. Para que tenhamos força, é preciso exigir que se convoquem assembleias gerais em todos os sindicatos. É preciso constituir os comitês de defesa do trabalho e do salário. É preciso organizar um comando nacional de luta contra o desemprego.

Por que as direções sindicais não têm convocado assembleias gerais, constituído comitês, organizado um comando nacional e defendido um programa operário para a crise? Porque as duas principais Centrais – CUT e Força Sindical – estão empenhadas em isolar as demissões por fábrica e negociar acordos de redução salarial. E porque a Conlutas se encontra isolada na rejeição a acordos de redução salarial.

Convocamos os operários a dizerem Não a essa política de colaboração de classe levada a cabo pela burocracia sindical. Emprego não se negocia, se defende com luta

Quebrar a violência patronal

As 4.200 demissões na Embraer foram estarrecedoras. Da noite para o dia, companheiros foram postos na rua. A empresa agiu nos bastidores, guardando segredo até o momento de efetivar as demissões. Temia que os milhares de demitidos pudessem provocar um descontentamento generalizado e resistissem ao corte. Fazia parte de seus planos demitir sem avisar o sindicato, para não abrir possibilidade de mobilização. Apostou que, após as demissões, ficaria mais difícil organizar o movimento de resistência a partir do interior das fábricas. Os demitidos estariam fora e os empregados sob a pressão de novas demissões.

Ocorre que as demissões em massa na Embraer ganharam



Durante a manifestação, o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas anunciou o cancelamento das demissões até 04/03

projeção nacional pela violência patronal, a mesma desfechada contra os operários da Vale do Rio Doce, da CSN, da GM e das centenas de fábricas por todo o país. Vejam a que ponto chegamos: os patrões se encontram de mãos livres para demitir e, da nossa parte, não tem havido uma reação coletiva à altura contra tamanha brutalidade.

Temos visto que a política de combater as demissões isolando-as por fábrica não garantem o emprego. Por outro lado, o mecanismo de se utilizar a Justiça do Trabalho também não garantirá o retorno dos demitidos para a fábrica. O patrão pode até perder a causa judicial, mas a reintegração continua em suas mãos. Como se vê, a nossa força está na luta direta e coletiva contra a ação patronal. Nós, operários, temos pela frente a dura batalha contra os patrões e os governos. Nesse embate, chocaremos com a política da maioria dos sindicatos, que é de fragmentação da luta por meio de negociação por fábrica.

A vitória dos operários da Embraer é fundamental para que a classe operária ganhe confiança na sua luta contra o patronato. Para proteger os empregos e os salários, é preciso enfrentar os capitalistas. Isso implica convocação de assembleias gerais, com o objetivo de unir nossas forças em um único movimento. Somente a coesão do movimento operário, ganhando as ruas e paralisando as fábricas, poderá brear a violência patronal.

A assembleia da Embraer deve lançar um chamado a toda classe operária a organizar o movimento unitário e nacional para derrotar a ofensiva de desemprego e miséria imposta pelos capitalistas.

**Pela readmissão dos demitidos;
Pela estabilidade a todos no emprego;
Pela redução da jornada sem redução dos salários, por meio da escala móvel das horas de trabalho.
Se os patrões não cederem, greve com ocupação de fábrica!**

Diante da crise e das demissões: recomendações da burocracia sindical cutista

Os burocratas sindicais tentam de todas as formas impedir que a crise econômica e as demissões provoquem manifestações instintivas da classe operária. Reforçam o palavreado em favor dos empregos e dos salários, mas estão prontos a convencer os operários a aceitarem os acordos de redução da jornada com prejuízos salariais. Fazem campanha de que a situação é passageira, de que a crise não é igual em todas as fábricas, de que a negociação é a única saída “possível” e de que é preciso mostrar aos empresários que os sindicatos têm propostas “positivas”. A Tribuna Metalúrgica do ABC, órgão do Sindicato, tem expressado com fidelidade essas posições da CUT. Estão obrigados a:

1. Esconder o problema e alimentar um falso otimismo. Eis o que diz o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre: *“Não é um cenário de morte, peste e guerra como anunciam”*. Como se vê, para Nobre o desemprego e o rebaixamento salarial não são questão de vida ou morte.
2. Colocar-se como salvadores. Na assembléia da fábrica Prensas Schuler, o coordenador da regional de Diadema conclamou os trabalhadores a aceitarem o PDV e triunfante disse: *“voltamos a repetir que as alternativas são possíveis de serem encontradas na base da negociação”*. O PDV é um mecanismo de demissão, contemplado por algumas migalhas indenizatórias, portanto criado pelos capitalistas para facilitar as demissões. O PDV objetiva falsear a demissão como um ato unilateral do patrão e amortecer o conflito de classe.
3. Proteger os patrões. Na assembléia de fábrica, fala o diretor do sindicato, Juarez Barros: *“fizemos o acordo porque entendemos que a fábrica tem essa necessidade, já que a produção caiu”*. Os operários tiveram redução de jornada com perdas salariais. Em nome do emprego, os burocratas vendidos ajudam os capitalistas a reduzir o preço da força de trabalho.
4. Fazer crer que a crise é diferenciada. O dirigente Sérgio Nobre responde assim: *“não podemos tratar a crise de forma igual em todas as empresas”*. O seu objetivo é reforçar os acordos por fábrica e impedir que a classe operária responda coletivamente às demissões. A posição de não mobilizar o conjunto da classe operária contra as demissões permite aos capitalistas jogarem na rua milhares e milhares, sem que haja luta. Está aí o crime da burocracia.
5. Assumir propostas em favor do patronato. O presidente da CUT, Arthur Henrique, depois de entregar um conjunto de propostas para a Associação Brasileira de Máquinas (Abimaq) saiu cantando vitória com uma tal *“agenda positiva para o enfrentamento da crise”*. Tudo se resumia na isenção de impostos para os empresários, visando a *“retomada das vendas das máquinas”*. Em troca, as empresas manteriam o nível de emprego. Pura conversa fiada! Os capitalistas recebem vantagens e depois acham uma justificativa para demitir. Melhor amigo para os exploradores do que a direção da CUT somente a Força Sindical.

Diante das demissões, como agem os burocratas do sindicato metalúrgico do ABC

A resposta da direção sindical tem sido a assinatura de acordos por fábricas. Em palavras, diz que não aceita reduzir jornada com

redução salarial, mas na prática ocorre o inverso. Estão aqui algumas das negociações ocorridas no mês de fevereiro.

1. Acordo na Fiamm, Sogefi e Proxyon

Nessas empresas de autopeças de São Bernardo, houve redução da jornada semanal em um dia. Barganhou-se a perda salarial por um vale-compra. Na Fiamm e Sogefi, o vale-compra servirá por três meses; na Proxyon, 4 meses. As demissões ficariam suspensas por 90 dias. O sindicato cantou vitória. Na realidade, o vale disfarça a redução salarial. Quem perdeu, sem lutar, foram os operários que tiveram redução salarial e que no final de março terão seus empregos garantidos.

2. Na autopeças ABR e Pinças Grassi (SBC)

Os burocratas do comitê sindical comemoraram o acordo. Os trabalhadores folgarão todas as sextas-feiras, durante três meses, e a perda salarial do dia não-trabalhado foi trocado por vale-compra de R\$120,00. Os negociadores sindicais cutistas não querem aparecer como responsáveis por acordos de redução salarial, como tem feito descaradamente a Força Sindical, então encontraram uma máscara: o vale-compra.

3. Na TRW (Diadema)

Os operários da TRW reagiram diante das demissões e iniciaram a paralisação. Depois de 4 dias de greve, o sindicato assinou o acordo. Suspensão temporária de 86 demissões por 90 dias e um “pacote de benefícios” (três salários, seis meses de cesta-básica e convênio médico) para os que aceitarem o PDV. A greve ficou isolada, o que facilitou a pressão do sindicato para que os operários aceitassem as propostas da empresa.

4. Na Autometal (Diadema)

Depois que a empresa impôs a licença remunerada e férias coletivas, ameaçou com a demissão de 111 operários. O sindicato fez aprovar em assembléia a flexibilização da jornada por meio do banco de horas. A medida provoca a redução média de 6 horas na jornada. As horas não trabalhadas serão descontadas no pagamento da primeira parcela da PLR. Trata-se de uma negociação com perda salarial e com validade de três meses.

5. Na fábrica de molas Rassini (SBC)

Os burocratas fecharam o acordo de redução da jornada em 22,73% em fevereiro e março, com redução de 18% no salário. Dizem que a perda salarial não influenciará na renda do trabalhador que terá o vale-compra de R\$100,00 a R\$150,00. A única promessa para os 638 operários foi a de que o emprego ficaria garantido por apenas 60 dias.

6. Na Metalpart (Diadema)

O acordo determinou a redução da jornada por dois meses, equivalente a 72 horas, 21,43% do tempo mensal de trabalho e na mesma proporção a redução de salário. A direção sindical convenceu os operários de que a “renda” foi mantida porque em outubro e novembro a empresa devolverá. Parece que o bolso dos operários

virou banco de empréstimos para seus patrões.

Impressiona a criatividade da burocracia

Os exemplos acima mostram o que popularmente se chama “jogo de cintura”. A direção da CUT e seus peixinhos do sindicato metalúrgico do ABC estão obrigados a não assumirem como política sindical a redução de jornada com redução salarial. Necessitam se manter diferenciados da Força Sindical. Mas inúmeras fábricas ameaçaram com demissões. Como reagir? O sindicato convocou assembléia geral para enfrentar as demissões com o movimento de toda a classe? Não. Ao contrário, considera que se trata de questões pontuais de cada fábrica. Organizou resistência contra demissões em alguma empresa? Não. A solução não é resistir com luta, mas

com negociação que chegue a uma alternativa às demissões. Como encontrar uma alternativa em favor do patrão e do operário ao mesmo tempo? Impossível. Mas a burocracia torna o impossível em possível. Como? O patrão suspende por alguns meses as demissões e o sindicato convence os operários a reduzir o salário ou aceitar o PDV. Mas os dirigentes cutistas não dizem que não aceitam redução salarial? Aí entra a criatividade. Os operários aceitam um vale-compra para compensar a redução da jornada. Mas por que um vale-compra e não o dinheiro que normalmente receberiam? Estaria o operário trocando seis por meia dúzia. Absolutamente, não. O vale-compra com certeza reduz o salário e reduz os encargos trabalhistas. A genialidade dos burocratas que dizem não aceitar redução salarial é sem limites.

O que diz o documento da CUT sobre a crise?

Em meados de fevereiro, a Direção Executiva Nacional da CUT aprovou um conjunto de resoluções, sintetizadas no slogan *“Enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento”*. Com essa introdução, o leitor imagina que está diante de uma resolução que levará a CUT a combater os ataques capitalistas contra os empregos e os salários. Mas logo vê que não passa de uma retórica voltada a apoiar o PT e o candidato que Lula indicar para as eleições presidenciais. Eis a síntese de suas caracterizações:

1. “A crise expressa... a crise do capitalismo e da sua atual expressão neoliberal, que é calcado na liberalização financeira e comercial”;
2. “Os responsáveis pela crise são aqueles que implementaram as políticas neoliberais do Consenso de Washington. Esse modelo de Estado mínimo com pouca ou nenhuma regulamentação, privatizações (...) desmoronou”;
3. “Está em disputa um novo modelo de desenvolvimento para o mundo e para o Brasil”;
4. “O impacto dessa crise internacional no Brasil atinge os setores econômicos de forma diferenciada”;
5. “Estamos em um contexto mais favorável (...) Temos um governo que afirma que não vai aceitar uma agenda conservadora de enfrentamento da crise”;
6. “Esta crise já vem sendo tratada (...) dentro do debate político nacional que antecipa a disputa de 2010”.
7. “A CUT, desde o início da crise, alia a mobilização e negociação (...) Pressionamos o governo (...) por ampliação de crédito, redução de juros (...) condicionadas a contrapartidas de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores”.
8. “É necessário que sejam construídas iniciativas que resultem em criação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico (...) Cobrar uma agenda de superação da crise, mas também do atual modelo, é o desafio central da CUT na disputa atual, que influenciará a disputa de 2010”.

Os reformistas, na verdade, não sabem o que fazer diante da brutal crise do capitalismo, a não ser apoiar o patronato com reivindicações de isenção fiscal, queda da taxa de juros e subsídios governamentais, bem como ajudá-los a demitir operários com o disfarce da negociação.

A conversa de que o capitalismo está diante de uma crise do seu modelo neoliberal distancia-se da realidade. O neoliberalismo e o intervencionismo estatal, agora utilizado para

resgatar bancos e empresas falidos, são recursos que a burguesia utiliza de acordo às condições econômicas. A tendência anti-neoliberal burguesa e pequeno-burguesa reformista acaba convergindo para o estatismo parasitário. Ou seja, para proteger o grande capital que fundamentou e praticou a doutrina neoliberal. Só não vê quem não quer que a monumental intervenção do Estado e de organismos internacionais destina-se a reerguer os monopólios e o sistema financeiro. Isso às custas de descarregar a desintegração do capitalismo sobre as massas na forma de mais desemprego e menos salário.

O que o governo Lula tem feito? Liberado bilhões de Reais do depósito compulsório para os banqueiros continuarem a jogatina; utilizado bilhões do BNDES para subsidiar os monopólios; manejado o FAT e o FGTS como fundos de empréstimos subsidiados aos grandes capitalistas, e impulsionado um PAC que serve aos interesses dos monopólios. E frente às demissões em massa? Lula apenas tem se lamentado, como um bom espertalhão que espera manter a popularidade.

O documento afirma que Lula não tem aceito a “agenda conservadora”. Ora, o que seria a agenda conservadora senão a da intervenção estatal parasitária!

A CUT dá apenas um exemplo do progressismo de Lula: “a valorização do salário mínimo”. O reajuste de 12% sobre R\$ 415,00, resultou em R\$ 50,00, ou seja, R\$ 465,00. O valor do salário mínimo calculado pelo Dieese teria de ser, em janeiro, R\$ 2.077,15 e, segundo nossos cálculos, R\$ 2.750,00. Faltam para alcançar o valor do Dieese R\$ 1.612,15. É preciso dizer que o critério inicial de “valorização do salário mínimo” foi alterado para o critério que vincula o reajuste ao crescimento do PIB. Se a classe operária depender da “valorização” lulista, continuará vivendo nas favelas, nas taipas e passando fome.

Ocorre que a CUT se desvinculou do proletariado e se vinculou à burguesia por meio do Estado. Os burocratas acham que podem traçar uma política para se chegar a um capitalismo condescendente com os trabalhadores. Acham que podem influenciar o governo Lula para que este seja o pai da condescendência. Conclusão: a burocracia cutista termina por se curvar diante dos monopólios e da oligarquia que controla o Estado.

A ideia de que as eleições presidenciais de 2010 serão importantes para a disputa em torno de um “modelo de desenvolvimento alternativo” não significa outra coisa senão preservar a grande propriedade dos meios de produção, a exploração do trabalho e a pobreza da maioria.

Liberdade aos camponeses presos Punição aos latifundiários assassinos Fim das milícias dos proprietários de terra Atendimento imediato das reivindicações dos camponeses

Dois acontecimentos envolvendo os camponeses sem-terra marcaram a onda de ocupações intitulada “Carnaval Vermelho”.

1) A prisão de Paulo Alves Cursino e Aluciano Ferreira dos Santos, lideranças do MST de Pernambuco, acusados de terem matado 4 jagunços, que protegiam a Fazenda Consulta, em São Joaquim do Monte.

O conflito agrário na região já dura 4 anos. A fazenda vem sendo ocupada e desocupada por ações judiciais. Os jagunços e as milícias, contratadas pelo proprietário, vinham ameaçando de morte as lideranças e invadindo o acampamento. O governo e o Incra sabiam que a situação era convulsiva. O MST teme pela vida dos camponeses detidos e pelas 80 famílias do acampamento.

Os trabalhadores da cidade e do campo devem exigir liberdade imediata das lideranças presas e desapropriação, sem indenização, da fazenda.

2) A ocupação de 20 fazendas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. As fazendas ocupadas são improdu-

tivas, estão em processo de desapropriação pelo Incra, ou são terras públicas. O objetivo das ocupações é o de exigir o assentamento imediato das famílias acampadas há mais de 5 anos à beira das estradas, a retirada do projeto de lei da Assembléia Legislativa que regulariza áreas com mais de 500 hectares no Pontal em posse de grileiros e a transferência do comando da reforma agrária em São Paulo para o Incra.

A União Democrática Ruralista (UDR) exige a reintegração de posse. O presidente da UDR, Antonio Nabhan, quer que o governo tome medidas mais duras contra os camponeses, intitulando a região como “Terra sem Lei”. Quer que Serra exclua as fazendas ocupadas dos projetos de assentamento. Conta, também, a seu favor, a campanha desfechada por emissoras de TVs contra ação dos trabalhadores sem-terra.

Os operários e os explorados em geral devem combater a criminalização do movimento sem-terra. Para isso, é preciso se posicionar em favor das ocupações e exigir do governo o cumprimento imediato das reivindicações do movimento.

25 anos do MST

O Movimento dos Sem-Terra completou, em janeiro, 25 anos de existência. Nascido no contexto de crescimento das lutas operárias, final da década de 70 e início dos anos 80, o MST tem seu ponto de partida o ano de 1984, com a ocupação da Fazenda Anonni, município de Cascavel (PR). Nesses 25 anos, o MST comemora as 370 mil famílias acampadas em todo o país, a organização de 400 associações e cooperativas e a construção de 2 mil escolas públicas nos assentamentos. Critica a crescente concentração de terras e os impasses na implantação da reforma agrária. E homenageia a luta de todos aqueles que tombaram vítimas da repressão assassina dos latifundiários e da polícia.

Por um balanço classista dos 25 anos do MST

Nesses 25 anos, o MST travou duras batalhas contra a oligarquia fundiária e seus representantes no Estado. Foram inúmeras as ocupações de terras, mas não teve força para impor uma reforma agrária por meio do Estado. As ocupações de terra entre 2003-2008, época do governo Lula, tiveram um decréscimo em relação à época de FHC. O objetivo de ocupar para pressionar os governos a apressarem os assentamentos tem tido resultados limitados. Trava-se um combate para entrar nas fazendas e, em seguida, são despejados pelos bandos armados a mando dos latifundiários ou pela ação da Justiça (reintegração de posse).

O isolamento do movimento camponês em relação ao proletariado constituiu-se no grande problema do MST para enfrentar a reação burguesa.

A política da direção do MST, na origem, era a de realizar uma

reforma agrária no modelo clássico. Elegeu-se como inimigo principal o latifúndio, combinando a distribuição de terra entre os camponeses e a indústria. Acreditava-se que, por meio do Estado, a fração industrial, que tinha interesse em se livrar da herança colonial, marcada pelo poder dos coronéis da terra, poderia realizar essa tarefa.

O MST analisa que, na década de 90, houve a penetração das multinacionais no campo, que passaram a controlar o processo produtivo, que vai dos fertilizantes ao comércio. Diz que agora essa mudança o obriga a considerar os novos inimigos – latifundiários e agronegócio –, que têm por detrás o Estado. Fruto dessa constatação, chegou à conclusão de que a “reforma agrária só tem viabilidade” se se derrotar o neoliberalismo. Para isso, há a necessidade de uma “aliança dentro da classe trabalhadora” para que os camponeses realizem a reforma agrária.

Segundo os teóricos do MST, a derrota do neoliberalismo colocará “a reforma agrária na pauta de disputa da sociedade brasileira”. Considera que a reforma agrária foi derrotada pelo neoliberalismo e, por isso, a luta tem sido difícil. Com a crise econômica e a retomada dos movimentos sociais, a reforma agrária se imporá como parte das mudanças desse “modelo econômico capitalista”. Diz que essa reforma agrária será popular, combinando as desapropriações de terras com a criação de agroindústrias cooperativadas. E enfatiza que o MST “quer um governo de esquerda”. O desafio da esquerda é o de “criar um projeto de transformação da sociedade”.

Os erros e lacunas dessa nova posição são vários. Não foi o neoliberalismo que derrotou a reforma agrária. A reforma agrária concebida como desapropriação com indenização de terras improdutivas não foi para frente porque a burguesia de conjunto a bloqueou. Fracassou

a esperança do MST de que o PT e Lula constituiriam um governo democrático e popular. O resultado do apoio ao governo Lula foi o de retroceder as ocupações e não chegar às metas dos assentamentos.

A idéia de que o neoliberalismo está em crise e que se abre a possibilidade de um governo de esquerda tem em sua base a mesma política ilusória que levou o MST a se enfileirar por detrás do governo Lula. A caracterização de que o governo Lula é de centro, distinto dos governos anteriores de direita e de centro-direita, evidencia a falta de caracterização do conteúdo de classe do governo. Se Lula não é igual a Sarney ou FHC, também é verdade que todos eles são governos burgueses, administram os negócios dos capitalistas e são guardiões da propriedade privada dos meios de produção.

O MST omite o essencial quando se refere aos governos, e, em particular, ao governo Lula, e sua relação com eles. Que conclusão se pode tirar da caracterização “governo de centro”? Para o MST e correntes do PT, é que se trata de um governo em disputa, que pode ser empurrado para a direita ou para a esquerda. O aborrecimento do MST com Lula está no fato dele ter se sujeitado mais à direita do que à esquerda. Ou seja, não expressou as pressões do MST e de outros movimentos sociais. Se não omitisse a caracterização de Lula como um governo burguês, o MST entenderia a razão pela qual Lula não enfrentou as pressões dos grandes partidos oligárquicos, da UDR, Justiça etc.

O balanço de 25 anos do MST mantém os erros e lacunas de explicação do porquê o movimento camponês não avançou a reforma agrária. A consequência está em que se mantém a ilusão de que a crise

favorecerá, em 2010, um governo de esquerda. Não haverá nenhum governo burguês que resolverá a tarefa democrática pendente da reforma agrária. Os ideólogos do MST devem estar pensando numa variante governamental tipo Hugo Chávez ou Evo Morales. Nenhuma dessas variantes está colocada na situação atual do Brasil. E mesmo que tivesse, a experiência de Chávez e Morales nos mostra que a variante de governo burguês nacionalista não promove a reforma agrária.

A nossa tese é de que nenhum governo burguês liquidará o poder dos latifundiários e do agronegócio. A entrega das terras aos camponeses pobres será feita por um governo originado da revolução social, que será dirigida pela classe operária em aliança com a classe camponesa. A constatação de que não está colocada imediatamente a revolução e a constituição de um governo operário e camponês e que por isso está colocado constituir um governo de esquerda (nesse caso se omite que é burguês) eleito conduz ao brutal erro de pôr a reforma agrária nas mãos de um setor da burguesia.

É preciso identificar os obstáculos que impedem a classe operária e os camponeses se unirem contra a burguesia de conjunto e que retardam o amadurecimento das condições históricas para a revolução social. Certamente, a direção do MST não poderá identificá-los porque são seus aliados ou promotores da mesma política. No caso, o PT, a burocracia sindical cutista e setores da Igreja.

O MST daria um importante passo à frente se, no seu balanço de 25 anos de luta, de perdas de vidas e sacrifícios, reconhecesse que seu maior erro está no conteúdo de classe de sua política.

Fórum Social Mundial: Palanque do reformismo também impõe toque de recolher em Belém

Despolitizado e governista, o FSM se mostra incapaz de colocar-se como um agente de transformação da sociedade de classes e enfrentar a crise do sistema capitalista

A nona edição do FSM chega ao fim provando que não será com a chamada “economia solidária”, muito menos com a ação de ONGs, que a transformação da sociedade de classes irá acontecer, menos ainda sob a bandeira de: “Um outro mundo é possível”.

A crise econômica mundial reaqueceu o debate sobre o modelo de sociedade que vivemos. Os cerca de 100 mil participantes do fórum, empolgados com o abalo do sistema financeiro mundial, realimentaram ilusões nesse tipo de intervenção. Isso porque o reformismo e suas variantes supervalorizam esse caminho em detrimento da luta real dos trabalhadores. Além disso, a ausência do partido revolucionário enraizado nas massas fortalece a ilusão de que a luta de classes foi substituída pela luta “dos povos do mundo inteiro”, mas a verdade é que o FSM sempre serviu de plataforma política do reformismo com as velhas idéias de reformar o capitalismo pela via pacífica.

Toda a demagogia e incapacidade do FSM, na construção desse novo mundo, caem por terra com a política de militarização e higienização social aplicada pelo governo do PT em Belém para criar um clima de tranquilidade, de cidade limpa, ecologicamente correta, ao retirar os mendigos e crianças do centro e dos sinais. Isso para impedir a população local de ter acesso às dependências da UFRA, e, ao impor o toque de recolher nas favelas próximas à UFRA, provavelmente com a desculpa de garantir a segurança dos acampados, mas não impedindo os roubos nos alojamentos e os estupros que, não se sabe ao certo, quantos foram abafados para não manchar a imagem do evento.

Os problemas de organização e estrutura eram visíveis, ampliados com a falta de informação e segurança nos alojamentos, as mudanças

nos locais das atividades eram freqüentes, inclusive com denúncias de boicote a algumas organizações para utilizarem os espaços e realizarem suas atividades.

Mas o auge de toda a velha política reformista foi a reunião dos quatro presidentes latino-americanos e o lançamento quase que oficial da ministra Dilma Rousseff à Presidência da República.

A esquerda foi incapaz de fazer protestos contra as demissões e exigir a garantia dos empregos dos trabalhadores, muito menos de expressar solidariedade ao povo árabe que está sendo massacrado pelo imperialismo, assim como o povo do Haiti pelas tropas brasileiras. O PSOL atuou nas atividades como se estivesse em campanha eleitoral, com o discurso populista de sempre, lançando Heloisa Helena para presidente. O MST não organizou um grande ato contra os assassinatos de sem terras, o fim do trabalho escravo e do latifúndio etc. Já o PSTU fez algumas atividades com destaque para o seminário unificado com a Intersindical. Começaram mal a política de reeditar a frente de esquerda no movimento sindical, tentando impedir que a CST questionasse a composição da mesa; como vemos, a política de ruptura acaba repetindo traços burocráticos criticados na CUT.

A superação da crise econômica e da miséria só será revertida com a luta real contra as demissões, através dos piquetes, ocupações de fábricas e de terras pelos trabalhadores. Assim como a construção do Partido Operário Revolucionário/POR se faz necessária para impulsionar a luta de classes através da estratégia da revolução proletária, destruir o sistema capitalista decadente que só oferece aos trabalhadores miséria e a fome. E não será por meio deste Fórum Social Mundial de cunho reformista que se irá organizar a resistência contra as demissões e impor a escala móvel das horas de trabalho para garantir emprego a todos.

Hoje são os Ofas; amanhã, os efetivos

Há uma campanha de Serra contra os professores temporários. Depois que perdeu o instrumento de seleção do Ofas (prova) e as aulas foram atribuídas de acordo com critério vigente por tempo de serviço, o governo descarregou a responsabilidade pelo fracasso escolar sobre os temporários. Lançou mão da falsa denúncia de que 1500 professores tiraram zero na prova e foram contratados. Acusou os demais de “incompetentes”, “alheios aos problemas dos alunos”. Contou com o apoio dos jornais e das redes de televisão, que desqualificaram milhares de professores da rede pública. Recorreu aos vendidos acadêmicos das universidades para ampliar o ataque, que intitularam os Ofas de “forasteiros”, portadores de aulas de “refugo” e de “lumpen-professorado”.

O governo pretende com isso ganhar a população, principalmente as camadas populares, para retomar a avaliação (prova) para contratação de temporários. E dividir o professorado entre efetivos e Ofas. Nesse intento, procura avivar o ego dos concursados e ganhá-los para incriminar e responsabilizar os temporários pela baixa aprendizagem dos alunos. Consolidada essa primeira etapa, Serra lançará mão da avaliação de desempenho para todos os concursados, que nesse momento estão sendo qualificados como dotados ou não de “perfil” para assumir determinadas turmas de alunos. A medida governamental de “certificação de curso” atinge em cheio os concursados e ainda não foi descartada.

Como vemos, o decreto que institui a prova não foi derrubado e a avaliação de desempenho permanece ativa. Combater essas duas medidas requer a unidade de efetivos, contratados, subempregados e desempregados. Milhões de jovens terminam os cursos universitários e não têm acesso ao trabalho. Responder a esse problema implica assumir a luta pelo direito ao trabalho a todos e a efetivação (estabilidade) de todos que estão na rede.

Estabilidade ou concurso?

O desemprego é violento. Foram 214 mil professores que se inscreveram para dar aulas. Mas o governo há anos vem fechando salas, turnos, reduzindo carga horária de disciplinas e municipalizando o ensino fundamental. O resultado não poderia ser outro: crescimento do desemprego e impedimento dos recém-formados ingressarem na carreira. A política do governo é continuar esse plano, que tem com centro a desresponsabilização do Estado para com a educação pública e a ampliação de mecanismos de privatização. Para avançar, o governo dá os primeiros passos com a implantação do ensino a distância na educação básica.

Há algumas décadas, a reivindicação de concurso público comparecia como democrática, porque permitia que uma parcela ingressasse na rede e adquirisse a estabilidade. Evitava-se, também, as indicações dos politiquieiros. Havia a expansão da rede escolar e a parcela que não passava nos concursos tinha garantido o emprego como “precário”. O plano de carreira dos professores estabelecia os mesmos direitos salariais e de evolução. A reforma educacional de 1995, que instituiu a municipalização e a reestruturação da rede, foi decisiva para a redução do papel do Estado no sustento do ensino público. A partir daí o desemprego não parou de crescer e os direitos adquiridos da carreira foramsendo extirpados. Chegamos a um ponto em que a o concurso público passou a ser um instrumento de seleção entre os que terão aulas e os que serão alijados, portanto, instrumento de demissão. Nesse momento, onde há 214 mil professores precisando trabalhar e uma rede que comporta apenas 113 mil, o concurso viria para consolidar 100 mil demissões, agravadas pela qualificação de “reprovados”.

A diretoria da Apeoesp levanta uma falsa discussão: “concurso público, sim; exclusão não”. Pretende criar uma polarização em torno do concurso e da prova aos Ofas. Sua campanha se limita a não se opor a “avaliação” dos professores. Para isso, criou o conceito de “avaliação

não excludente”. Chegou ao ponto de dizer que o concurso é a forma “lícita” de avaliar a capacidade de ensinar”. Falso. O concurso não avaliará nada, ao contrário, será usado para excluir uma boa parte do professorado que se encontra na rede e permitir que apenas uma minoria dos recém-formados ingresse nas escolas.

A reivindicação de estabilidade aos contratados por meio da efetivação dos que já estão na rede é um passo na defesa do direito ao trabalho a todos. É preciso identificar o problema e dar uma resposta direta a ele. Eis: o magistério conta com um excedente gigantesco de desempregados e subempregados. Resposta: defesa do trabalho a todos. Que medidas defendem o emprego a todos? Redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão das aulas entre todos aptos ao trabalho, sem redução salarial). Que outras medidas vêm nesse sentido? Redução do número de alunos por sala, máximo de 25 alunos por sala, abertura de todas as escolas fechadas e nenhum bloqueio ao acesso dos jovens à escola e fim da municipalização.

Com esse programa, deve-se se rejeitar quaisquer medidas que sirvam para selecionar, desempregar e manter no desemprego a nova força de trabalho. A acusação de que a estabilidade por meio da efetivação automática favorece os cabides de emprego não se justifica, uma vez que os professores já estão na rede. A defesa de emprego a todos é a solução que não possibilita nenhum tipo de discriminação. Além de tudo, está colocada a tarefa de passar o controle da educação para quem trabalha e estuda.

Aumenta o controle do governo sobre o que se ensina

Depois de experimentar as cartilhas para os professores, agora as introduziu aos alunos. Fez uma campanha para que os pais verifiquem diariamente a sua utilização. Exige que o professor siga passo a passo as lições pré-determinadas e que os alunos preencham as atividades. O governo quer com isso elevar os resultados do Saresp e de outras avaliações institu-

cionais. O ensino de “qualidade”, meta do governo, resumiu-se a um conjunto de cartilhas a ser ministradas pelos professores. Trata-se, portanto, do reforço ao ensino repetitivo e livresco, que terá como consequência uma avaliação repetitiva e livresca. Nada tem a ver com aprendizagem, que requer a unidade entre a teoria e prática no processo de produção social.

Para justificar o controle ideológico sobre o que se ensina, formulou-se uma suposta teoria para os “novos tempos”, que diz ser para uma sociedade que é produto da revolução tecnológica. Afirma que a educação escolar não pode ser referenciada no ensino, mas na aprendizagem. Usa essa retórica para concluir que não é mais possível a “liberdade de ensino”. Tudo isso para eliminar uma conquista importante do magistério, que era a liberdade de cátedra. No lugar, despejam-se cartilhas moldadas de acordo com os objetivos e metas da reforma educacional do governo. Está aí por que nomeia o diretor e os coordenadores de “líderes e animadores da proposta” e os professores de “parceiros dos fazeres culturais” e os alunos como “construtores de identidades”. Na verdade, faz do aluno um preenchedor, o professor um executor e os diretores e coordenadores fiscalizadores do uso das cartilhas.

Os professores e os estudantes devem se organizar e rechaçar de conjunto essa aprendizagem “facilitadora” instituída pelo governo. Para isso, é fundamental a

campanha da Apeoesp contra toda essa farsa criada pelo governo. O governo conta com a tremenda despolitização dos estudantes, força social capaz de rechaçar as prescrições da burocracia do Estado. A luta dos professores contra o controle ideológico e burocrático do ensino tem de se dirigir também aos pais e estudantes.

Não deixemos de lado o reajuste salarial

Há uma realidade que atinge a todos: os baixos salários. Serra não incluiu no orçamento de 2009 o reajuste salarial do funcionalismo. As consequências da miséria salarial estão presentes na jornada do professor, que é obrigado a trabalhar nas redes municipais e privadas. Com esse volume de trabalho, as condições físicas e mentais em pouco tempo se desgastam. Uma das medidas de proteção da força de trabalho é arrancar do patrão um salário necessário para manter a vida. O governo vem achincalhando os professores todos os dias, mas não diz uma palavra das condições de ensino e do salário. Cabe aos professores denunciar o arrocho salarial e exigir a reposição das perdas. A data-base é em março, mas o governo não a reconhece. Tenta iludir uma parcela da classe com o bônus.

Não há outra via para exigir do governo senão a convocação de assembleia, para que haja uma resposta coletiva dos professores e do conjunto do funciona-

lismo. Atos e reuniões de cúpulas sindicais com o governo não levavam a nada. Não podemos repetir os erros de campanhas passadas. É preciso organizar a luta, que só poderá ser por meio de greves e grandes manifestações de rua.

Burocracia e parte da Oposição não cumpriram a decisão de assembleia

Durante mais de um mês, houve uma pressão por parte de alguns setores de Oposição para que a diretoria convocasse assembleia no momento em que o governo estava demitindo os Ofas. Nem as alas petistas, nem o PSTU, que compõem a direção do sindicato, colocaram-se por cumprir a decisão de não começar o ano letivo com demissões em massa. Ao contrário, esperaram terminar as atribuições para anunciar uma assembleia para final de março. Agora a situação ficou pior: a divisão se agravou entre os que estão com aulas e os desempregados.

A diretoria da Apeoesp perdeu o momento de convocar os professores para as ruas e denunciar, com os métodos da ação direta, os ataques de Serra contra a educação e contra a vida dos trabalhadores. Os professores devem criticar duramente essa conduta, que é própria de burocratas sindicais.

Para isso, as assembleias regionais do dia 4 deverão apontar o caminho da luta e os métodos para arrancar do governo as reivindicações.

Professores Municipais – S. Paulo

Fim da terceirização

Contratação imediata pelo prefeito de todos aqueles que prestam serviços nas unidades escolares

Kassab impôs a terceirização da merenda escolar, como parte da flexibilização do trabalho. Uma parte ficou iludida com a idéia de que a terceirização traria vantagens, como agilidade no trabalho. O governo fez campanha para incutir essa falsa idéia de que seria possível diminuir as despesas com o pessoal doente (resultado do trabalho), readaptado ou aposentado. O trabalhador “doente” poderia ser substituído com rapidez, o que considera moroso com o funcionário público. Dizia que haveria a racionalização dos gastos públicos, pois o governo não precisaria arcar com as instalações

e equipamentos de cozinha. Em pouco tempo, tudo veio abaixo. Os escândalos de corrupção envolveram as empresas terceirizadas.

Nas últimas semanas, vieram à tona as denúncias de cartel na merenda escolar. Empresas, muitas delas envolvidas na campanha eleitoral de Kassab, fraudaram licitação e pagaram propinas a funcionários públicos. Depois de conseguir o lote milionário, cerca de R\$ 254 milhões ao ano, os empresários ofereciam cargos aos funcionários na diretoria da empresa. A Justiça recomendou o fim da terceirização e que o governo

voltasse a autogestar a merenda escolar. Kassab não deu ouvidos aos conselhos da Justiça e manteve a terceirização da cozinha e limpeza.

Os trabalhadores municipais devem rechaçar a terceirização. Considerar que é uma forma de privatização dos serviços públicos e de aumento da superexploração do trabalho. Exigir que o sindicato organize o movimento contra esse mecanismo de destruição de postos de trabalho no funcionalismo público. E que a prefeitura efetive todos os terceirizados e contrate mais funcionários para atender todas as escolas.

CONEB da UNE: continuidade da política da direção majoritária, ao aprovar seu anteprojeto de reforma universitária

O 12º CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) da UNE, ocorrido em Salvador, de 17 a 20 de janeiro, reafirmou a posição e o compromisso da direção majoritária da UNE (UJS, MR8 e PT) com o governo Lula/PT. Mais uma vez, a burocracia estudantil mobilizou os mais de 4000 estudantes (cerca de 2400 CAs) para legitimar sua política traidora.

Não é de hoje que os espaços da UNE se encontram burocratizados, essa 12ª edição do CONEB teve como tema a aprovação de um anteprojeto de reforma universitária e refletiu o último CONUNE. Onde a direção majoritária deu carta branca para o governo continuar aplicando as medidas drásticas que a educação pública vem sofrendo e cujo maior expoente é a reforma universitária e todas as políticas que a acompanham, como o REUNI, as cotas, o PROUNI, lista tríplice etc.

A burocratização do encontro ocorreu a partir seu formato, com prioridade para as mesas, em detrimento dos GDs, onde o conjunto dos estudantes pode opinar e participar ativamente das discussões, e foi além. Com o clima quase permanente de carnaval, dando um caráter festivo ao encontro, só fortaleceu a burocracia para aprovar seu anteprojeto de reforma, que não difere na essência do projeto do governo.

A oposição à direção majoritária compareceu diminuta ante a massa que a burocracia mobilizou. Porém, o maior erro é o fato das oposições não comparecerem unidas com uma plataforma de mobilização contra a burocracia. Isso porque priorizam a disputa entre si, quando a burocracia comparece unida para legitimar a política educacional do governo. Além disso, fora os discursos inflamados, parte da oposição não tem uma concepção e práticas tão diferentes da burocracia, fato demonstrado em um dos pontos da plenária final, quando foi aprovada uma posição contrária à redução da meia cultural mas, ao

mesmo tempo, um posicionamento de contribuição compulsória da carteira estudantil (o que alimenta as burocracias aparelhistas).

A plenária final mostrou também o quanto está fortalecida a posição da direção majoritária da UNE, mesmo quando estão frescas na memória dos estudantes as ocupações de reitorias contra os ataques do governo. Isso porque o movimento combativo não alcançou unidade nacional no combate a burocracia, o que poderia certamente ter sido impulsionada pela CONLUTE, quando aglutinava um setor importante da vanguarda, mas o fato de esta hoje se reduzir à militância do PSTU só mostrou o quanto a política de ruptura levada a cabo pelo mesmo foi incapaz de combater a burocracia estudantil e universitária.

Outro detalhe importante na plenária final foi o fato de que, no ponto de conjuntura, todas as teses defenderam os governos nacional-reformistas da América Latina. O que mostra o quanto o movimento estudantil está cooptado para a política do reformismo. Não é à toa que um setor expressivo defende o governo Lula, isso serviu de base para a burocracia e seus aliados distribuir uma nota conjunta avaliando a crise mundial e, ao mesmo tempo, defendendo a política econômica/educacional do governo. Omitindo que é esse governo o responsável pela continuidade da política econômica neoliberal.

O POR atuou com um manifesto sobre a crise mundial e uma nota específica para o CONEB. Defendemos uma frente com os setores da oposição que, baseada em uma plataforma de luta contra a burocracia, envolva o conjunto dos estudantes e que se proponha a derrotar a burocracia desde a base, nos Centros Acadêmicos, nos DCEs e nas Executivas de curso, pois a burocracia só será derrotada quando estes espaços estiverem também desburocratizados.

Pela readmissão imediata de Brandão, diretor do sindicato e representante dos funcionários da USP

A reitoria da USP demitiu Claudionor Brandão em dezembro passado, alegando um processo de 2005, em que era acusado de “invadir a FAU” durante a greve de funcionários, estudantes e professores da USP.

Brandão é diretor do Sindicato dos Funcionários da USP (Sintusp), representante dos funcionários no Conselho Universitário (CO), órgão máximo de decisão na universidade, e liderança reconhecida do movimento dos trabalhadores da USP.

Sua demissão tem um caráter claramente político. A reitoria da USP se aproveita de um processo que tramita há 4 anos e o usa como pretexto para a demissão.

Trata-se de um ataque à livre organização dos trabalhadores da USP e aos movimentos dos que estudam e trabalham. A demissão de Brandão não é um caso isolado. Há vários processos e sindicâncias movidos pela reitoria da USP contra funcionários e estudantes, particularmente contra aqueles que participaram da ocupação da reitoria e greve em 2007, movimento contra os decretos intervencionistas e privatistas do governo José Serra.

Mas trata-se ainda mais de um ataque aos movimentos contra as políticas privatistas e destruidoras do ensino público empunhadas pelos governos e praticada pelos administradores da universidade, pela burocracia universitária. Quando a reitoria ataca lideranças de estudantes e funcionários que lutam em defesa da universidade pública, é um ataque à própria universidade pública. Através da repressão, a cas-

ta que manda e desmanda na universidade pretende amedrontar, para que não se construam movimentos contra as políticas governamentais.

E também não se trata de um ataque isolado: a repressão tem sido usada sistematicamente contra os movimentos: demissões de lideranças ocorreram recentemente nas greves de bancários, metroviários e eletricitários. Os sem-terra sofrem duplamente, com os ataques dos jagunços de latifundiários e repressão policial; e com as prisões de lideranças pelos tribunais manejados por esses mesmos latifundiários. Em todos esses casos, o objetivo é o mesmo: aterrorizar os trabalhadores para que não se unam e ganhem força com sua mobilização contra os capitalistas e seus governos.

A defesa de Brandão parte da unidade na própria universidade, entre os que estudam e trabalham, contra a burocracia repressiva da reitoria e do governo. Mas deve se ampliar em dois sentidos: unir a defesa das lideranças à luta pelas reivindicações de defesa do ensino público e gratuito, pois é por causa destas que se reprime o movimento; e expandir a mobilização para os demais setores da população assalariada e oprimida: buscar a unidade com a classe operária, com os camponeses pobres, com os estudantes de outras universidades (também sob repressão) etc.

A burocracia universitária repressiva e o governo só serão contidos em seus ataques repressivos através da mobilização. Não se trata de mera questão jurídica (embora a demissão de um dirigente sindical seja ilegal). É com a força da unidade na luta que se defendem as reivindicações!

Universidades estaduais do Paraná:

O impasse político do Comitê Estadual

O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná tem deixado de lado o objetivo de organizar a luta dos que estudam e trabalham em defesa do ensino público e se transformado num mero agrupamento sindical voltado a demandas corporativas, acabou colocando o movimento das universidades num beco difícil de sair.

Embora este Comitê tenha se reestruturado sob o impulso da greve de 2000 e da longa greve de 2001-2002, e parecesse ter retomado o objetivo de unificar as lutas em defesa da autonomia e democracia universitárias para o qual foi criado, logo que Roberto Requião assumiu o seu mandato em 2003, acabou assumindo características federativas e corporativistas. Limitando a pauta a assuntos salariais, acabou excluindo os estudantes das deliberações. Excluiu também qualquer luta mais geral contra o governo, contra sua crescente prepotência e ingerência limitadora da escassa autonomia das universidades.

Embarcou na tática do governo Requião de dividir o atendimento às demandas dos professores e funcionários em separado, bloqueando assim o fundamento mais importante para qualquer movimento, que é a unidade entre docentes e servidores técnico-administrativos.

Aceitou ainda o engodo de “repor” as perdas mediante a alteração dos planos de cargos, carreira e salários – PCCS, quer dizer, facilitou para o governo não fazer a reposição geral e linear das perdas de modo a não estender a reposição ao conjunto do funcionalismo.

O pior disso tudo, entretanto, foi ter rebaixado o cálculo das perdas salariais, retrocedendo a 1997 – ano em que o governador Lerner implantou o PCCS nas universidades – e não desde agosto de 1995, quando houve a última reposição geral de salários, aceitando 35% de perdas, em média, mediante esse artifício.

Os burocratas que dirigem o Comitê “espertamente” calcularam que, dessa forma, seria possível facilitar a reposição de perdas. Facilitaram, isso sim, ao governo fazer a maior demagogia de que estava repondo as perdas acumuladas durante seu mandato. Além disso, e aprofundando a divisão entre funcionários e professores, primeiro o governo alterou o PCCS dos técnicos, usando essa medida para

enganar, dizendo que estava repondo as perdas históricas; depois, num segundo momento, fez o mesmo com os professores que, tendo embarcado em longos anos de simulacros de negociações, tiveram que vender às suas bases que se havia finalmente conseguido a reposição das perdas. A Adunioeste, por exemplo, diante da promessa de reposição que o governo viria a fazer mas tarde, afirmou no seu boletim de 22 de maio que, depois daquela reposição, na categoria de professores associados, ficariam faltando apenas 0,55%

Para completar este quadro dramático, não bastasse a divisão entre funcionários e professores, decorrente do predomínio do corporativismo, soma-se agora o divisionismo do CONLUTAS/ANDES, que dividiu o principal sindicato do Estado, o SINTEEMAR, para criar um aparelho próprio, o SESDUEM e vinculá-lo ao ANDES/CONLUTAS.

Esta política aventureira, que já se manifestara na ruptura do ANDES com a CUT em 2005, tem seu complemento no movimento estudantil do Paraná. Aqui também o PSTU divide o movimento para reforçar seu aparelho, o CONLUTE, e não tem nenhum escrúpulo em utilizar-se dos mesmos métodos burocráticos do PCdoB e do PT que diz combater. Na UEL, por exemplo, onde, junto com o PSOL, dirigiam o DCE, mas não conseguiram arrastar a organização estudantil para o Conlute, boicotaram e impediram a realização de um congresso de estudantes que seria o início da reorganização dos estudantes nessa universidade.

O fato é que o valor dos salários não foi recuperado e, diante do quadro que se abre com a crise econômica geral para os assalariados, os funcionários e professores das universidades do Paraná estão desarmados e divididos. Mas não faltarão burocratas que virão dizer que a situação salarial das universidades não está tão mal assim e que será difícil lutar contra o governo durante a crise.

Governo continua atacando

Ao mesmo tempo, o governo estadual continua atacando a autonomia das universidades e reforçando o controle sobre elas, contando a seu favor com a colaboração da burocracia universitária (reitorias, pró-reitorias, conselhos e colegiados)

e com o silêncio dos sindicatos. Apenas para exemplificar, o governador não acautou o resultado da consulta feita pelo voto para escolha de Reitor da UNIOESTE e nomeou o candidato derrotado nas urnas. Os docentes, que participam em eventos fora do país, precisam da vênua direta do governador para viajar; concursos públicos e testes seletivos para docentes temporários precisam da autorização expressa do governo para acontecer e, inclusive, depois de finalizados, para contratar os aprovados, também precisam da aprovação do governo.

É claro que nessa ingerência colaboram decisivamente as burocracias universitárias, que se dobram ao governo e aceitam sem nenhuma resistência preencher planilhas e mais planilhas para justificar a necessidade de contratar um docente ou funcionário. Sequer são capazes de arguir o artigo 207 da Constituição Federal, como fizeram no passado, nem as leis estaduais que criaram o quadro de pessoal dentro do qual a própria universidade poderia autonomamente contratar e demitir.

Mas este colaboracionismo das burocracias universitárias é complementar à escalada repressiva e antidemocrática das relações de poder. Em algumas universidades, já se liquidou o sistema paritário (em si antidemocrático) na consulta para escolha do reitor e outros dirigentes e se implantou o voto que atribui um peso maior (70%) ao voto dos professores; em outras, está em curso o processo para acabar com a paridade; planos de “segurança” são implantados como forma de coibir e reprimir o movimento estudantil e sindical sob pretexto de proteger o “patrimônio” público e da comunidade universitária; as reitorias se fortalecem como a única instância de deliberação em detrimento dos órgãos colegiados e conselhos transformados em meros enfeites homologadores.

Também a ingerência do governo federal contra a autonomia universitária encontra calorosa acolhida por parte da cúpula acadêmica. Todas as universidades estaduais participam do ENADE e aumentam as que estão implantando a Educação a Distância, assim como a política demagógica de cotas.

Unidade organizativa e programática

A unificação do movimento das universidades paranaenses é cada vez mais urgente e necessária. O ataque às condições de vida dos servidores, as restrições à autonomia, o fortalecimento do arbítrio e restrições à democracia interna compõem um quadro que exige respostas urgentes.

Prioritariamente, é necessário formular um programa que não se limite às questões salariais, mas coloque no centro a bandeira da autonomia e democracia das universidades. Somente assim será possível integrar os elementos mais ativos dos três setores e, principalmente, bloquear a resistência corporativista de docentes e funcionários à decisiva participação dos estudantes.

A defesa da autonomia, entretanto, tem de se traduzir numa série de pontos que lhe dêem concretude e que defenda, como ponto de partida:

- **Eleição direta do Reitor e de todos os cargos**, com revogabilidade de mandato, ou seja, que os que estudam e trabalham escolham, empossam e, se precisar, destituam o Reitor sem a vênio do governador do Estado;
- **Voto universal** na escolha dos dirigentes, o voto de cada estudante, funcionário e docente vale o mesmo;
- **Assembléia Geral Universitária** para decidir as grandes questões gerais com voto universal. Soberania dessa assembléia para deliberar as necessidades da universidade e a aplicação de seus recursos.
- **Gratuidade completa do ensino** de graduação, pós-graduação lato e estrito-senso;
- **Autonomia dos cursos** para decidir sobre questões acadêmico-pedagógicas sob a forma de assembléia geral dos cursos com voto universal de docentes e estudantes;
- **Reposição integral das perdas salariais** calculadas desde o momento que os servidores das universidades passaram a ser funcionários públicos (1982 – 1º mandato de Requião).

Sobre essa base poderá se estruturar uma nova direção do movimento das universidades, integrando elementos novos e não comprometidos com o passado de colaboração de classes do Comitê, assim como com a herança traidora do PCdoB/PT na direção da UNE nem com o aventureirismo aparelhista do PSTU/Conlute.

Unificação ADUEL/Sindiprol

Um passo importante na retomada do movimento de unifica-

ção está sendo dado na UEL, onde se constituiu uma nova direção do Sindiprol com a finalidade exclusiva de unificar as entidades. A unificação já tem data marcada, agosto de 2009, quando ocorrerá o Congresso de docentes para fundir as duas organizações.

A constituição desta direção foi o resultado, em primeiro lugar, do esgotamento da política da burocracia direitista que havia capturado o sindicato já na década de 1990, e nos últimos anos sustentou o colaboracionismo do Comitê. Mas, também, é o resultado da defesa irredutível da unificação pelas diretorias da ADUEL desde a greve de 2000.

A atuação da ADUEL em todo esse período pautou-se pela defesa da organização autônoma dos docentes, de unidade com os servidores e estudantes e a preparação programática e organizativa do enfrentamento com o governo do Estado. A necessidade dos docentes unificarem suas representações sindicais aparecia como a principal bandeira da ADUEL.

Mas, à unificação não se opunham apenas os dirigentes que haviam capturado o sindicato para usá-lo como trampolim para suas carreiras políticas. Opuseram-se no momento os representantes do PT, com o receio da entidade unificada vincular-se ao ANDES-SN. Opôs-se também o PCdoB que compôs durante um mandato a chapa com a burocracia direitista. Só a ADUEL defendia publicamente e em toda ocasião a unificação.

Isto deve ser considerado na avaliação do processo de constituição da nova direção do Sindiprol, pois, do contrário, e a partir de uma visão superficial do processo, pode-se atribuir maior peso do que realmente tem a participação do PCdoB e do PT na direção da entidade. A chapa certamente é heterogênea, mas o fato de conseguir juntar as diferentes correntes que antes se opunham à unificação é uma conquista dos que a defenderam desde sempre.

Ao mesmo tempo, em todas as grandes assembléias realizadas nos momentos de mobilizações, invariavelmente os docentes votaram unanimemente pela unificação, por isso, no momento em que até os que antes se opunham concordam em processar a fusão, seria sectário não apoiar uma frente constituída com essa finalidade.

Finalmente, o processo de fusão das representações docentes da principal universidade do Estado já começou na prática e deverá influenciar a reorganização do movimento nas outras universidades.

Rio Grande do Norte:

Nenhuma trégua à governadora: campanha salarial já! Implementação imediata do PCCS

Os capitalistas especularam com os imóveis nos Estados Unidos, endividaram os trabalhadores até o insuportável e agora, querem que os governos cubram seus prejuízos com dinheiro público. Os governos, demonstrando que o Estado é burguês, retiram dinheiro dos gastos sociais para doar aos capitalistas. O arrocho salarial será outro meio utilizado pelos governos.

A governadora Vilma de Farias (PSB)

pode tentar protelar o pagamento do acordo sindical, conquistado na greve passada, afirmando dificuldades orçamentárias com a crise econômica. E a direção da Aduern (PT/PCdoB) aliada da governadora, que aceitou o parcelamento do aumento salarial em inúmeras parcelas, irá fazer de tudo para adiar a luta.

O aumento do salário mínimo a partir de 01 de fevereiro, de 12%, já indica

a defasagem dos nossos salários. Não fomos nós que criamos a crise econômica. Não devemos aceitar nenhum argumento que proteja a realização imediata do acordo já firmado. Ao contrário, devemos defender a imediata antecipação da implementação do PCCS como forma de defender nossas condições de vida e nossos salários.

CORRENTE PROLETÁRIA
UNIVERSITÁRIA/POR

UERN: Eleições para reitor: defesa da campanha pelo voto universal

A eleição para Reitor ocorrerá no dia 24 de março e será completamente antidemocrática. Ela excluirá a maioria da comunidade universitária e privilegiará a minoria. Isto ocorre porque a universidade está inserida na sociedade e reproduz as relações de dominação existentes no capitalismo.

As universidades no capitalismo são instituições burguesas. A burguesia mantém seu domínio nas universidades através da manutenção de privilégios a uma minoria da comunidade universitária. Esta minoria é a burocracia universitária, majoritariamente formada por docentes. Este é o motivo por que 800 professores terão 70% do peso na votação, enquanto que 13 mil estudantes serão apenas 15%. A primazia dos votos e os altos salários garantem a hegemonia burguesa nas universidades.

Para pôr fim à ingerência da burguesia nas universidades é preciso lutar pela real autonomia universitária. Só pode haver real autonomia através da soberania da assembleia geral universitária, que pressupõe igualdade do voto. O poder da assembleia geral universitária constituirá um governo tripartite subordinado a ela, eliminando o poder do reitor único. Hoje, numa eleição para reitor que arraste a atenção dos que

estudam e trabalham, a defesa do voto universal serve para contrapor a maioria à burocracia autoritária, dando o poder de decisão para a maioria da comunidade universitária, os estudantes. Por não terem interesses corporativos e fazerem a ligação da universidade com a população assalariada, os estudantes são a força social que se contrapõe à burocracia autoritária e à ingerência da burguesia nas universidades.

A conquista do voto igualitário não se dará através da pressão sobre os órgãos da universidade, dominados pela burocracia. Somente com a luta direta, através das paralisações, bloqueios e ocupações etc. é possível impor uma derrota à burocracia universitária, capacho da burguesia.

Para isto ocorrer é preciso organizar a luta. Vamos exigir do DCE uma assembleia geral para discutir o voto igualitário e preparar a mobilização. Em cada curso, campi ou núcleos devem ocorrer as assembleias. A discussão política deve preceder e culminar na ação direta, pois somente através da luta conquistaremos nossas reivindicações.

ABAIXO A BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA!!

PELO VOTO UNIVERSAL!

A Estatuinte não é democrática

A UERN está completando 40 anos de história. A necessidade de rever e reformular as suas práticas, normas e seu regimento pode até ser objetiva. Quando ela se reunir serão 20 anos depois da primeira. Neste tempo, a UERN mudou muito. Aumentou o número de professores que pleiteiam liberação para cursar pós-graduações, necessidade de financiamento para pesquisas e trabalhos de extensões, novos cursos foram criados, departamentos e faculdades se confundem, enfim, a estrutura da UERN mudou. O perfil dos estudantes também mudou: transporte, moradia e alimentação (restaurante universitário) são necessidades imperiosas para a garantia do acesso ao ensino superior. Isso tudo sem se referir aos problemas de ensino que se avolumam: desvinculação da teoria com a prática, número de alunos por sala, bolsas para somente uma estreitíssima minoria etc.

Mas nenhuma mudança em prol da comunidade universitária que trabalha virá através desta Estatuinte. As estatuintes foram criadas pela burocracia universitária no final do regime militar, com o objetivo de adaptar as universidades ao novo regime político. O reformismo assimilou essa bandeira como forma de expressar a mudança da universidade através da conciliação com a burocracia universitária, sem uma ruptura com ela.

No caso da UERN, o Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão responsável por coordenar todo o processo, criou a Comissão Permanente do Processo Estatuinte (CEPE), que formou as subcomissões. São 19 subcomissões compostas, cada uma, por um representante dos três segmentos da universidade. O objetivo das subcomissões é sistematizar as propostas que vão à votação na assembleia estatuinte. A assembleia estatuinte terá 110 delegados de cada segmento: docentes, estudantes e funcionários. Porém, o peso dos votos será diferente: os docentes terão

50%, estudantes 25% e funcionários 25%. Enfim, o controle do processo pela burocracia universitária foi garantido.

Uma característica importante deste processo é que a maioria dos professores ditos de “esquerda” concordam com a burocracia universitária com o peso do voto maior para os docentes. A diferença está apenas nas proporções.

Seja a proposta da burocracia universitária de 70% para os docentes e 15% para cada um dos outros dois setores (estudantes e funcionários), seja a proposta dos docentes de “esquerda” de 30% para cada segmento ou 50% para os docentes e 25% para os demais segmentos; o mais importante de tudo isso é que o caráter antidemocrático estará garantido e, portanto, a ingerência de majoritária importância será exercida pela burocracia universitária.

Os estudantes, que são maioria na universidade, precisam exigir do DCE que convoque uma assembleia geral, onde se discuta o processo estatuinte, defendendo o voto igualitário (uma cabeça um voto) e o governo tripartite da universidade (professores, estudantes e funcionários) com maioria estudantil como forma de quebrar a ingerência da burocracia universitária na UERN e, conseqüentemente, o poder da burguesia em nossa universidade. Somente através da ação direta é que podemos combater a burocracia universitária, instaurando a soberania da assembleia universitária, e elaborar um estatuto que atenda as necessidades dos que estudam e trabalham.

PELO VOTO IGUALITÁRIO: ABAIXO A BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA

POR UM GOVERNO TRIPARTITE, COM MAIORIA ESTUDANTIL

PELO ENSINO VINCULADO A PRODUÇÃO SOCIAL (UNIÃO TEORIA E PRÁTICA)

Nesta edição:

- A Farsa Continua - Nasceu a Nova Bolívia?
- Crise potencia a xenofobia fascizante
- Hugo Chavez e a democracia

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



A Farsa Continua - Nasceu a Nova Bolívia?

Em 7 de fevereiro, em El Alto, Evo Morales promulgou a “nova” Constituição com grande pompa, em meio de convidados, embaixadores, ministros, senadores, deputados, puxa-sacos do MAS, “irmã Rigoberta Menchu”.

O “irmão Evo”, em seu discurso, repetiu o de sempre: “500 anos de rebelião, invasão e saque permanente”; “o socialismo comunitário a partir da promulgação da NCPE”, “missão cumprida pela refundação de uma nova Bolívia unida”, convidando a direita a que lhe ajude a implementar a “Constituição”. “Aproveito esta oportunidade para convocar a todos os prefeitos da Bolívia, a todos os governadores da Bolívia, para, juntos, implementarmos esta nova Constituição Política do Estado Boliviano”.

No domingo de manhã, dos treze ministros que acompanharam o Presidente, se acrescentaram vinte, no já “chamado processo de mudança”; mais cargos para os Masistas.

A direita retrógrada assinala: “mas continuam no ministério Quintana, Rada, San Miguel, Choquehuanca”, como se com esses ministros ou com outros a situação realmente chegaria a mudar; o que interessa não são as pessoas, mas a política que desenvolvem. A política do MAS é burguesa, de colaboração com os opressores.

Para nós poristas, não nos interessa quem possa estar no governo, ou nos ministérios, se são vinte ou cinquenta, ou o que faça ou diga a direita fascista com seus porta-vozes farsantes, o que nos preocupa é

a situação atual, o saque permanente dos recursos naturais continua a cargo das multinacionais, a demagogia do MAS com seu “socialismo” desgastada e toda a farsa da direita, com suas críticas e ataques ao governo.

E. L.

A natureza de uma sociedade não pode mudar se não se mudam as bases econômicas sobre as que se sustenta.

Se a grande propriedade privada, imperialista ou nativa, continua sendo a forma de produção dominante, o poder econômico; se os camponeses continuam estancados no atraso, presos à pequena propriedade improdutiva; se os latifundiários concentram em suas mãos a grande maioria das terras aráveis do oriente; se os trabalhadores continuam sendo explorados pelos burgueses; se os oprimidos das cidades continuam procurando seu sustento como podem na economia informal e no desemprego: não nasceu nenhuma nova Bolívia.

É a mesma velha sociedade caduca, excludente e opressora constitucionalmente maquiada com enfeites autóctones inúteis para fazer os indígenas acreditarem que se acabou a opressão sobre eles.

A nova Bolívia será a Bolívia socialista governada pelos operários e camponeses, livre da opressão imperialista e a exploração dos burgueses.

(Extraído do Jornal *Masas* boliviano nº 2116, de 13/02/09)

Derrota Política dos Oligarcas Cruzenhos

Aurelio Nandó

O ponto fundamental de oposição ao governo de Evo Morales foi sem dúvida a luta para evitar a aplicação da Lei de Reforma Agrária e o saneamento de terras, oposição proveniente dos senhores da terra no Oriente e Sul do país. Neste contexto, pode-se interpretar melhor a luta pelas autonomias, que não foi uma reivindicação para ter mais recursos ou ter obras, mas para manejar e direcionar os orçamentos e opor-se ao controle sobre as terras, que afete a posse indevida das terras estatais e a exploração de famílias inteiras em um sistema de semi-escravismo em favor dos latifundiários.

Mas o referendun de 25 de janeiro proporcionou resultados contundentes. Em que pese os opositores à nova Constituição apelarem aos sentimentos religiosos e buscarem aproveitar-se da fé, principalmente dos cruzenhos, que acreditam em Deus, a decisão sobre a nova constituição burguesa de consenso entre o MAS e o PODEMOS alcançou 65 % a favor do NÃO em Santa Cruz, mas, em nível nacional, se

impôs o SIM, com 61,5 %.

Mas o dado que esfriou os logistas oligarcas é que esta massa não votou mecanicamente, ou seja, não rejeitou a constituição e votou pelos 10 mil hectares, como proposto pela CAO inicialmente. Tampouco votou tolamente e às cegas, como instruiu a Governadora “primeiro votem embaixo nas duas opções para que fique nulo e depois não marquem nada em cima” esperando assim confundir com o voto branco e mostrar que a população não queria nenhuma das duas opções. A realidade contundente é que 66% em Santa Cruz e 80% em nível nacional, votou por 5 mil hectares, ou seja, se rebelou contra os oligarcas, indicando que estão contra a concentração privada de terras, o que é uma grande derrota política. Ou seja, apesar da população estar cansada de Evo Morales, também deu as costas em temas particulares de tipo econômico a Marincovich, Costas e companhia. Os pecuaristas já gritaram aos céus, Guido Nayar, seu dirigente nacional, disse que

farão um congresso para ver como resistem. Os advogados emérgistas, vinculados aos poderosos latifundiários como os Monasterio, já propõem revisar a Constituinte através de abaixo-assinado.

A Constituição de Evo é um engano, principalmente na questão das terras, porque esta nova dimensão para outorgar propriedades agrícolas só tem vigência a partir da promulgação da nova Constituição. Isto levará necessariamente ao choque com a urgente necessidade das massas camponesas que exigem terra para trabalhar e nesse mesmo instante se lançam para tomá-las por cima da lei. Tampouco essa Constituição levou em conta as críticas à aplicação da reforma agrária que sempre indicavam a necessidade de cooperativizar a terra

e que o Estado proveria de recursos econômicos e técnicos para não deixar o camponês entregue a sua sorte, condenado ao minifúndio. Isto não mudará.

Todo isso prova que o governo “socialista” do MAS não existe, porque socialismo significa propriedade social do sistema produtivo; expropriação das empresas privadas e multinacionais, impulsionar o desenvolvimento da fazenda coletiva. Somente se realizado tudo isso é que até os cívicos ultra-radicais vinculados ao imperialismo teriam razão em dizer que Evo é comunista.

(Extraído do Jornal *Masas* boliviano nº 2116, de 13/02/09)

Ganhou o “Sim” no dia 25 de Janeiro, a direita esfrega as mãos esperando mais

E L

Sabemos que a “nova Constituição” acata a ordem social, com a grande propriedade privada (multinacionais, capital financeiro). Hoje, a direita fascista esfrega as mãos, ingressou nas entranhas do MAS, conseguindo com que a Constituição, o “novo Contrato Social”, não lhes afetasse em nada, pelo contrário lhes favoreça, consentindo indústrias, fábricas, terras, e até a religião etc. O primeiro passo foi conseguido e através de PODEMOS, MNR, UN, (partidos burgueses) com a licença MASista, hoje somando 61% do “SIM”.

Em Sucre, Sabina a governadora, mal assessorada, se apressa e depois de uma série de insultos e de estar já cansados de escutar “irmãos, irmãs Chuquisaqueños”, propôs “o desacato à nova Constituição”, desde os balcões do Palácio do Governo. Nem ela conhece o que é um desacato, menos ainda os que estavam na Praça 25 de Maio, além do que, nos cartazes, se assinalava que o “NÃO” alcançava 74%. Posteriormente ficando mal, pois o “SIM”, em Chuquisaca, obteve 51%; a imprensa analisava os dados assinalados: “existe um empate técnico”; isso hoje a quem importa? Enquanto tudo isso acontecia na Praça 25 de Maio, os chefes de Sabina: Costas, Suarez, Cossio, Maricovich, relutantemente aceitavam o triunfo do SIM, apelando para o “diálogo, entendimento e não imposições”, para concluir aprovando a Constituição que lhes favorece, e tirar posteriormente uma outra fatia maior do Governo de Evo e do MAS.

A direita acabou com a redação ao gosto da “nova” Constituição,

A mudança estrutural não será mais que uma maquiagem

Uma vez aprovada a Constituição masista no referendado de 25 de janeiro, o governo aprofundou a campanha prometendo uma “mudança estrutural” que, segundo ele, refundaria uma nova Bolívia. Vejamos em que consistiria uma mudança estrutural no país e o que fará o governo do MAS.

Mudança estrutural é a transformação radical na base econômica da sociedade, ou seja, nas formas de propriedade existentes e nas formas em que se relacionam os homens para produzir. Na Bolívia, por ter uma economia combinada, em sua base econômica existem diferentes formas de propriedade e diferentes formas de produzir a vida social, junto com a grande propriedade privada capitalista estão outras formas de propriedade privada pré-capitalistas.

Falando corretamente, mudança estrutural seria acabar

com o consentimento masista; hoje, ambos se entendem às mil maravilhas, são “bons” irmãos e tranquilamente podem redigir as leis que queriam, buscando serem favorecidos; mais especialmente agora que a crise lhes abate, a direita quer assegurar a bolsa e todas as suas rendas.

Sabina Cuellar, a governadora, briga com todos, pensa que esse é o modo de ser “autoridade”, insultar e brigar, e, ao que parece, os cínicos da “Meia Lua” constantemente lhe esquentam as orelhas para que insulte Evo e a seus ex-companheiros do MAS; além do que se dedicou a viajar, inclusive foi ao Brasil (Belém) para “denunciar que Evo fraudou o Referendum Constitucional”.

Tudo não passa de enganos e fraudes; a corrupção abunda por todo lado; o Governo anticorrupção do MAS não se diferencia em nada do MNR, ADN, MIR, UCS, MBL, e dos estalinistas (PCB), que se encontram caladinhos no Governo, mas enchendo seus bolsos de dinheiro dos bolivianos.

Não existe a tal “revolução na democracia”, tampouco “nova Constituição”, nem “capitalismo andino”, nem “a direita quer golpear o Governo”, “nem criar outra religião, irmão Evo”, são políticos demagogos, corruptos até os ossos, temos de acabar com todo este flagelo e farsa cheia de imposturas, esmagando-os a todos com as armas nas ruas.

(Extraído do Jornal *Masas* boliviano nº 2115, de 06/02/09)

com todas estas formas de propriedade privada; com a grande, nas mãos do imperialismo e da classe dominante nativa (dentro dela, a poderosa oligarquia do Oriente) e com a pequena, que é uma reminiscência do pré-capitalismo, que hoje se manifesta como parcela da terra, a propriedade artesanal, os micro-capitais dos pequenos comerciantes e outras; convertê-las em propriedade social, potenciando no campo a propriedade comunal da terra que ainda sobrevive de forma excepcional asfixiada pela propriedade privada.

Mas o governo do MAS não é capaz de fazer isso, pelo contrário, sua Constituição venera todas as formas de propriedade privada. Para os masistas, trata-se de uma virtude, pois consideram que é uma Constituição “includente”, feita tanto a favor do capitalismo quanto do pequeno produtor pré-capitalista, e

das formas de propriedade e de produção comunitárias. Desse modo, a tão propalada “mudança estrutural” não passará de uma mentira e a consolidação do que já existe que é a causa da condição colonial boliviana, da vigência do atraso e da opressão dos explorados pelo imperialismo e a classe dominante nativa.

Então, o que fará o governo quando aplicar sua Constituição? Simples retoques superficiais às formas de propriedade privada já existentes. Por exemplo, a título de liquidar o latifúndio, tentará reverter ao Estado as terras “ociosas” das mãos dos latifundiários ou pretenderá potenciar as cooperativas toda vez que o Estado seja incapaz de atender as exigências por fontes de trabalho permanentes. Neste momento, se desenvolve uma campanha no sentido de potenciar a propriedade comunal e as terras comunitárias de origem (TCOs), sem compreender que estas formas de propriedade no campo não podem crescer nem se consolidar, rodeadas pela propriedade privada capitalista e pré-capitalista. Já surgem tendências no sentido de que os camponeses necessitam de um título de pro-

priedade da terra para seus descendentes herdarem, para hipotecá-las aos bancos ou simplesmente para vendê-las. Esta é a influência deformante da propriedade privada sobre as formas de propriedade comunal.

A propriedade comunal da terra e todas as formas de propriedade social só poderão se consolidar se se erradicar a propriedade privada em todas suas formas. Neste sentido, se realmente se busca acabar com o atraso, a miséria e a exploração dos bolivianos, se realmente se quer eliminar a classe dominante e redimir os famintos, é preciso acabar com a base de sustentação do imperialismo e da classe dominante que é a propriedade privada.

Em nossa época, somente a política revolucionária do proletariado é capaz de conquistar este objetivo. A politicagem burguesa, como a que desenvolve o governo do MAS, adora-dores da propriedade privada, estão condenados a consolidar o capitalismo e a exploração no país.

Extraído do Jornal *Masas* boliviano nº 2115, de 06/02/09

Crise potencia a xenofobia fascistizante

Itália

O parlamento italiano aprovou o projeto apresentado pelo partido direitista Liga do Norte, que ataca os imigrantes. A lei é de cunho fascista. Obriga os médicos a denunciarem os imigrantes ilegais, cria a “ronda dos cidadãos” para cassá-los, estabelece prisão de 4 anos para os estrangeiros que não respeitarem a ordem de repatriação e impõe uma taxa para a renovação da permanência.

Os 132 senadores que votaram contra consideraram o Pacote de Segurança de racista. A sua implantação definitiva depende ainda da aprovação na Câmara de Deputados. Tudo indica que o movimento contrário não será capaz de reverter a votação final, a não ser que as manifestações de rua ganhem maior projeção e batam de frente com o governo de Silvio Berlusconi, que tem em sua coalizão o partido Liga do Norte.

Em 1998, a Itália adotou o Texto Único Sobre Imigração, em que consta a proibição da delação a pacientes imigrantes pelos médicos. Agora, os fascistas querem prescrever o contrário: que os médicos se tornem delatores e que a população faça o mesmo sob ordens da “ronda dos cidadãos”.

Inicialmente, no projeto, estava previsto que as patrulhas civis seriam armadas, portanto cumprindo o papel de milícias. Era tão evidente seu caráter fascista à população que o governo concordou em mudar para patrulhas desarmadas.

O fundamental da perseguição aos imigrantes, que certamente não se circunscreve aos ilegais e que recrudescer com projeto da Liga do Norte, está em que expressa a xenofobia fascistizante. A classe operária deve combatê-la com vigor. Ou então a pequena burguesia, desesperada frente à crise capitalista, caminhará em direção do fascismo impulsionada pelo grande capital.

Inglaterra

Operários da refinaria Lindsey, incentivados pelo sindicato, entraram em greve contra a contratação de estrangeiros. A greve durou uma semana.

Chama a atenção o fato de ter a paralisação se estendido para outras fábricas. O que quer dizer que se está gestando no seio da classe

operária da Grã-Bretanha o sentimento xenófobo.

No caso particular da Lindsey, os novos donos provenientes da Itália pretendiam substituir os trabalhadores britânicos por italianos e portugueses. Evidentemente, a substituição da mão-de-obra local por estrangeira é um meio dos novos donos pagarem menos, incrementarem a taxa de exploração e aumentarem a lucratividade.

Os capitalistas usam a imigração quando lhes é favorável e a combatem em caso contrário. Se na Itália e Portugal sobra mão-de-obra e está disponível a baixo preço, por que não aproveitar vantagem? Na Grã-Bretanha também sobra mão-de-obra, mas está mais cara. Aqui reside todo o problema: o desemprego cresce, os trabalhadores necessitam imigrar em busca da fonte de existência e os capitalistas rebaixam o custo da força de trabalho.

A defesa da força de trabalho nacional contra a força de trabalho estrangeira é um fenômeno político que emana das condições econômicas e sociais do capitalismo em crise e expressa unicamente os interesses da classe burguesa. A classe operária é internacional. Assim o capitalismo a constituiu em seu modo mundial de exploração. A concorrência entre trabalhadores de um país com de outros países lhes é imposta pelo desemprego e pelos baixos salários.

O mesmo ocorre no interior de qualquer país capitalista. Os operários vendem sua força de trabalho no mercado aos burgueses. Dessa forma, fazem parte da lei econômica da concorrência. Nos países cuja presença dos imigrantes é grande, no momento em que o desemprego avança e os salários são aviltados, setores da burguesia incentivam a população a condenar os “invasores” externos.

A burocracia sindical usa a bandeira de defesa do trabalho apenas para os trabalhadores do país. Expressa, assim, a xenofobia nacionalista burguesa, como se fosse parte da política proletária.

A xenofobia acoberta o fato dos sindicatos não travarem a luta em defesa do emprego e salário para todos os trabalhadores. O capitalismo há tempo assumiu a forma monopolista. De forma que elevou às últimas consequências a concentração de propriedade dos meios de produção e riqueza, de um lado, e miséria absoluta de uma gigantesca camada das massas mundiais, de outro. O desemprego crônico em grande escala só tem a crescer.

Estados Unidos

A organização *Coalizão para o Futuro do Trabalhador Americano*, que congrega “13 associações de classe com mais de 500 mil membros” lançou uma campanha paga pela TV contra os trabalhadores estrangeiros. Eis o texto: “No ano passado, 2,5 milhões de americanos perderam o emprego, mas, apesar dos milhões de desempregados, nosso governo continua trazendo 1,5 milhão de trabalhadores estrangeiros por ano para pegar empregos americanos. Será que o seu pode ser o próximo?” (*O Estado de S. Paulo*, 22/02) O movimento xenofóbico exige leis contra os imigrantes e de proteção aos americanos.

O governo Obama, que foi saudado como possível protetor dos trabalhadores estrangeiros contra as investidas repressivas do governo Bush, deu sinal de fraqueza. O seu pacote econômico para a crise foi aprovado com uma cláusula que dificulta a contratação de mão-de-obra especializada, que recebe o visto H-1B, e uma destinada ao protecionismo econômico, ou seja, a empresas que participarem do pacote de Obama estão obrigadas a recorrer apenas a fornecedores americanos.

A investida da Coalizão contra os imigrantes conta com apoio de importante parcela de parlamentares. Com as emendas, o objetivo seu era de aproveitar o processo de aprovação do pacote para impor condições mais rígidas de perseguição aos “ilegais”. A emenda E-Verify, em tramitação no Congresso, exige que as empresas revelem os empregados estrangeiros que vivem clandestinamente nos Estados Unidos e os demitam.

Estima-se que existam 20 milhões de imigrantes no país (a estimativa oficial é de 12 milhões). Em toda parte do mundo, os imigrantes são esfolados pelos empregadores. O que quer dizer que o problema está no capitalismo e não na imigração. No entanto, os xenófobos são defensores do capitalismo.

Japão

O Japão, nos últimos quinze anos, era a Meca para emigrantes brasileiros. Principalmente, para descendentes de japoneses. Os imigrantes, chamados de decasségus, foram atraídos ao Japão para preencher postos de trabalhos excedentes e desprezados pelos japoneses. Em comparação com o Brasil, os salários compensavam a dureza da aclimação e o brutal regime de exploração. Economizava-se e enviava-se dólares para as famílias que aqui permaneciam. Empresas de terceirização arregimentavam os decasségus e, via de regra, empregavam-nos em regime de contrato temporário. Esse planejamento da burguesia japonesa, com apoio do Estado, objetivava explorar mão-de-obra barata.

Com a crise, as demissões começaram com os imigrantes, en-

tre eles os decasségus. No lugar da Meca, sobreveio o inferno: “só temos emprego para os japoneses”. Os empregos mais duros que ainda restam são disputados pelos estrangeiros. Os brasileiros legalizados custam 12 dólares a hora, chineses e vietnamitas, apenas 3 dólares. (*O Estado de S. Paulo*, 22/02) Está aí por que os primeiros que sofrem os ataques dos capitalistas são os brasileiros.

No quadro de desemprego crescente, a demissão dos imigrantes é acompanhada de xenofobia. Desprezam-se os estrangeiros como intrusos. Os decasségus têm se manifestado por meio do Sindicato dos Trabalhadores Estrangeiros – nota-se que a existência de um sindicato de estrangeiros é uma separação odiosa –, mas a luta é de todo proletariado. A classe operária não tem pátria, serve de força de trabalho mundial à burguesia e é explorada em toda parte. Quem cria pátria para os trabalhadores é a classe burguesa. Cultiva o nacionalismo pátrio para barrar a luta de classes internacional, para opor os trabalhadores de um país contra os outros e para melhor garantir o sistema capitalista mundial.

A classe operária japonesa, em grande parte, faz parte de uma aristocracia frente à imensa maioria que vive a brutal exploração nas semicolônias. A crise, no entanto, vai atingi-la, como nos Estados Unidos, França, Alemanha etc. O combate à discriminação e à xenofobia é decisivo para unir os explorados em um só movimento sem pátria, internacionalista, contra o capitalismo.

Combater a xenofobia com o programa proletário

A classe capitalista teme que a classe operária assuma reivindicações de defesa do trabalho a todos. A união dos trabalhadores no interior dos países e internacionalmente em defesa do emprego se contrapõe ao funcionamento do capitalismo e se choca com o Estado burguês. Está aí por que a burocracia sindical é instruída a não permitir que a classe operária tenha resposta própria ao desemprego. A xenofobia é uma das instruções.

A escala móvel das horas de trabalho é o mecanismo capaz de unir empregados e desempregados. Trata-se de um mecanismo de divisão das horas nacionais despendidas na produção entre todos os trabalhadores, o que permite a redução da jornada de acordo com a necessidade de emprego e não de acordo com a necessidade da exploração do trabalho.

Certamente, a luta pela escala móvel das horas de trabalho corresponde ao programa de defesa integral da vida das massas e da revolução proletária. É com esse programa e método de luta revolucionário que os explorados se livrarão da xenofobia e virarão suas armas contra a classe capitalista.

Hugo Chavez e a democracia

Chavez pediu à população que apoiasse, no referendo, a emenda constitucional que lhe permitiria se candidatar quantas vezes quisesse. Foi atendido por 54,8% dos votantes. A vitória, no entanto, foi marcada pela força crescente da oposição direitista, que obteve 45,1%.

Em que terreno se deu a polarização política? No terreno do Estado burguês e das instituições democráticas, ou seja, das regras eleitorais. Em dezembro de 2007, Chavez fez a primeira tentativa de aprovar o direito indefinido de se candidatar, mas foi rechaçado por 50,71% dos votos da oposição. Explica-se a mudança do eleitorado ao fato do recente refe-

rendo não vir acompanhado de outras mudanças constitucionais, propostas em 2007. Enfim, Chavez poderá de agora em diante se manter no poder, caso a maioria continue a cada seis anos votando nele.

A direita oposicionista e seus apoiadores externos não puderam acusar o promotor do “socialismo do século 21” de antidemocrático pelo fato de promover o referendo. E também foram obrigados a reconhecer que a votação foi limpa.

As denúncias de autocrático e manipulador, evidentemente, tinham de ser feitas pela reação interna e externa à Venezuela. Acusaram Cha-

vez de querer se perpetuar no poder. Mas são as eleições que vão decidir. Não é um princípio da democracia formal que sua essência está na vontade soberana do povo? Ora, Chavez se propõe ser candidato eterno e não um ditador golpista. Se a fração opositora da burguesia acha que o caudilho populista amanhã se tornará golpista, é preciso esclarecer que os golpes ditatoriais resultam do fracasso da democracia burguesa em determinada situação de crise na política burguesa frente ao avanço da luta das massas (Castelo Branco, Pinochet, Videla etc). A probabilidade de golpe se concentra na direita pró-imperialista.

Hugo Chavez é um coronel que se destacou por um fracassado levante golpista, em 1992, contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Em seguida, projetou-se eleitoralmente, chegando à Presidência em 1998. Sofreu um golpe, em 2002, encabeçado pela Federação das Indústrias (Fedecámaras), foi confinado no quartel e destituído pela oposição, que hoje o acusa de ditador, golpista etc. Fracassou o intento reacionário, apoiado pelos Estados Unidos.

E por quê o golpe? Porque Chavez anunciou algumas reformas que contrariavam os interesses da oligarquia venezuelana, entre elas uma reforma agrária limitada ao latifúndio improdutivo e um aumento da participação do Estado no controle da produção petrolífera. Chavez voltou mais forte com o populismo, mas sabendo que sua política de preservação das instituições continuaria a abrigar as forças golpistas.

Lembremos que, em 1989, portanto nove anos antes da eleição de Chávez, o presidente social-democrata Carlos Andrés Peres sufocou com sangue um levante popular, que se denominou Caracazo. A violência do Estado e da sua democracia contra os explorados mostra que o mais democrático regime não faz senão esconder a ditadura de classe da burguesia.

A Venezuela era considerada a grande democracia da América Latina, entrou em colapso com a social-democracia de Pérez e deu lugar a uma repressão sem precedentes. Ocorre que a crise do capitalismo aberta na década de 1970 e que se projetou nas décadas seguintes estremeceu a base material da democracia venezuelana. O que Hugo Chávez faz, depois do Caracazo e do levante fracassado dos coronéis, é justamente preservá-la nas difíceis condições econômicas.

Gritam: Chávez perverteu os poderes da República, submeteu o legislativo e o judiciário ao executivo, usa a máquina do Estado para ganhar eleições, acaba com a alternância do poder com reeleição indefinida, reprime a oposição etc. Mas Chávez não faz nada do que qualquer outro governo eleito não faz, mais ou menos disfarçado.

Tomemos a democracia no Brasil. O parlamento e o judiciário alcançaram maior “independência” devida à fraqueza de centralização do governo Lula, mas sempre estiveram sujeitos ao executivo. E o que se diz da governabilidade promovida à base de Medidas Provisórias? O judiciário não tem feito às vezes do Congresso Nacional em várias questões? Alguém de sã consciência não identifica a corrupção e podridão como base do funcionamento da democracia brasileira? Lula, tudo indica, seria reeleito para um terceiro mandato. Mas não pode porque há uma regra burocrática que só permite um segundo mandato, criada por FHC. As massas iludidas pelo caudilho, no entanto, não veriam nada de antidemocrático reelegê-lo. O que impede é uma trava arbitrária.

Lula tem tomado decisões inteiramente do

interesse do grande capital. No entanto, nunca fez uma consulta popular (a não ser sobre o desarmamento, em que o governo saiu aliviado por não ter ganho, porque não iria poder cumprir). O referendo que deu a Chávez o direito indefinido de se candidatar foi o 15º. Como se vê, em termos de democracia formal, o caudilho venezuelano está muito mais avançado do que Lula

Para que serve a vitória de Chávez

A democracia se assenta na propriedade privada dos meios de produção, que, por sua vez, é determinada pela grande propriedade. Quando se discute a democracia e o governo de plantão que a rege, a burguesia esconde a relação entre a infra-estrutura econômica e a supra-estrutura política.

Chávez está há dez anos à frente do Estado, fez mudanças no regime de exploração do petróleo, passou para seu controle alguns ramos estratégicos, apoiou a reabertura pelos trabalhadores de fábricas fechadas, aplica um plano assistencialista, subsidia algum produto e faz assentamentos. Pratica a demagogia populista do “socialismo do século 21”.

Por acaso a política de Chávez objetiva pôr fim à propriedade privada dos meios de produção? Afirmar que sim é charlatanice tanto quanto o socialismo chavista do século 21. As esquerdas que apóiam Chávez, entre elas, algumas correntes que se dizem trotskistas, botam fé que o caudilho - que de uma hora para outra virou castrista bem na hora em que o castrismo cede ao restauracionismo capitalista. Transformam a caricatura antiimperialista de Chávez em uma política de transformação revolucionária, em uma alternativa ao neoliberalismo etc.

A fração burguesa que maneja a política mundial não liga para a caricatura, mas para o obstáculo que Chávez põs na livre exploração do petróleo pelas multinacionais e no perigo de uma crise política em que a fração burguesa dominante, representada pela Fedecámara (oligarquia e pró-imperialista), não tenha capacidade de controlar as massas.

O governo chavista expressa uma profunda crise da burguesia semicolonial venezuelana, que se mostrou historicamente incapaz de controlar as riquezas nacionais, pôr fim à trava do latifúndio, industrializar e erradicar a miséria. Depois do golpe fracassado de 2002, ficou visível a fraqueza da fração dominante, mais ainda depois que chegou a boicotar eleições parlamentares. No entanto, vem se recompondo e ganhando terreno, como evidenciaram as eleições estaduais e municipais.

A previsão é que a crise que afetou duramente o preço do petróleo solape o populismo de Chávez e, por meio de eleições, a oposição possa removê-lo. O imperialismo escora a oposição e estará em melhores condições de fazer valer o cerco à débil economia da Venezuela. É sintomático que a ONG *Human Rights Watch* (HRW) tenha feito um relatório negativo

a Chávez bem no momento em que ocorria o referendo. Indica que as chamadas forças democráticas – financiadas pelas potências – estão apertando o círculo de fogo contra o chavismo. A tarefa da reação é solapar as bases sociais de Chávez em nome da democracia e da salvação da economia venezuelana.

O presidente vitorioso no referendo considerou que a Venezuela entrava no 3º ciclo da revolução bolivariana. Tudo indica que o primeiro foi a ruptura do Caracazo e o segundo a chegada de Chávez no poder em 1999. O que mais poderia fazer a “revolução bolivariana”? Não há intenção de aumentar o tom “antiimperialista” contra os Estados Unidos, uma vez que tanto Chávez quanto Obama apregoam uma reaproximação, de forma a reduzir os atritos da época do governo Bush.

Chávez considera auspiciosa não só a troca de governo nos Estados Unidos como a presença do clã Clinton no governo, com quem teve relações cordiais na gestão anterior a Bush. Esse gesto, por si só, indica que Chávez não pretende radicalizar seu nacionalismo (além do controle acionário da PDVSA, o Estado passou a ter controle sobre o setor de eletricidade, telecomunicações, siderurgia e indústria de cimento). Não se tratou de expropriações revolucionárias, foram desapropriações por meio de indenizações, com o objetivo do Estado se tornar sócio da iniciativa privada.

O bolivarianismo avançou até esse ponto, sem dúvida contrariando a oligarquia pró-imperialista. Mas não poderá sair dos marcos da propriedade privada dos meios de produção. O capital financeiro e as multinacionais continuam fazendo seus negócios livremente.

A mudança nas condições da economia mundial colocará o regime chavista na encruzilhada. As contradições econômico-financeiras tendem a se manifestar com maior dureza e dificultar a ampliação de medidas nacionalistas.

Um acontecimento recente da luta de classe é sintoma das contradições. Em 29 de janeiro, a polícia do governador chavista, Tarek Willian Saab, de Anzoátegui, desfechou violenta repressão contra os operários que ocuparam a Mitsubishi Motors Corporation (MMC), que demitiu os temporários. Resultado: dois trabalhadores assassinados. As ocupações da GM e da Coca-Cola, por sua vez, indicam que a luta operária poderá avançar por um caminho contrário ao pretendido por Chávez. As multinacionais estão protegidas pelo governo, a exemplo da desocupação sangrenta da MMC.

A vanguarda não deve apoiar o nacionalismo de Chávez e sim rechaçar a tese de que o bolivarianismo pôs em marcha uma revolução democrática e antiimperialista. A tarefa consiste em organizar o proletariado como classe dirigente da maioria oprimida. As ações nesse sentido encontrarão ferrenha oposição de Chávez. Assim como no Brasil, a classe operária necessita construir seu partido internacionalista.